



EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2024

PREÂMBULO

DIA:	24 DE SETEMBRO DE 2024 (Terça-feira)
HORA:	15:00 horas
PORTAL:	www.comprasguapimirim.com.br
ENDEREÇO:	Av. Dedo de Deus, nº 1161 – Bairro – Centro – Guapimirim-RJ
INFORMAÇÕES:	licitacao.casacivil@guapimirim.rj.gov.br (Dias úteis, das 09:00 às 17:00 horas)
PROCESSO:	Nº 7831/2023

1. INTRODUÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Guapimirim torna público, para conhecimento dos interessados, que será realizada em sessão pública por meio eletrônico, perante a Comissão de Pregão, instituída pela Portaria n.º **066 de 02 de fevereiro de 2024**, o **PREGÃO ELETRÔNICO nº 09/24**, do tipo Menor Preço por Lote, destinado à Aquisição de equipamentos e insumos oftalmológicos por meio de máquinas automáticas de autosserviço, de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência, Anexo II, conforme autorização do Ordenador de Despesas, contida no processo nº 7831/2023, observando-se o que preceituam a Lei n.º 14.133 de 1º de abril de 2021, Decretos Municipais n.º 2.452/2023 e 2.457/2023, bem como os demais dispositivos legais vigentes que dispõem sobre as Licitações e Contratos da Administração Direta e Autárquica, considerados integrantes deste Edital como se nele estivessem transcritos.

2. OBJETO:

2.1. A presente licitação tem como objeto à Aquisição de equipamentos e insumos oftalmológicos por meio de máquinas automáticas de autosserviço, destinados através da Secretaria Municipal de Saúde.

3. TIPO:

- 3.1. Menor preço por item .
- 3.2. Modo de disputa: Fechado e aberto

4. INTERESSADO (S):



4.1. Secretaria Municipal de Saúde.

5. DATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E SESSÃO PÚBLICA:

5.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

5.2. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS A PARTIR:** Do dia 11 de setembro de 2024 às 00h00min até o dia 23 de setembro de 2024 às 23h:59min.

5.3. **DATA ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS A PARTIR:** Do dia 24 de setembro de 2024 às 08h00min

5.4. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS A PARTIR:** Do dia 24 de setembro 2024 às 15h00min

5.5. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Horário de Brasília (DF)

6. CONTATO:

6.1 O Edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados, no horário de 08h00min as 16h00min, na Av. Dedo de Deus, nº 1161 – Bairro – Centro – Guapimirim-RJ, na Comissão de Pregão, e estarão disponíveis também para retirada no site oficial da Prefeitura Municipal de Guapimirim, no sítio eletrônico: www.guapimirim.rj.gov.br e também publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas no sítio eletrônico: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

6.2 A retirada do Edital também poderá ser feita na sede da Prefeitura Municipal de Guapimirim, no horário de 08h00 min às 16h00min, mediante entrega voluntária de **01 (uma) resma de folhas de papel.**

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

7.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar no Protocolo Geral do Município de Guapimirim, o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

7.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



7.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: licitacao.casacivil@guapimirim.rj.gov.br.

7.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

7.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

7.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

8. AVISO IMPORTANTE

8.1 O Artigo 155 da Lei n.º 14.133/2021 dispõe que:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



8.2 Recomendamos que os interessados em participar do certame leiam atentamente todas as exigências para habilitação contidas no Edital e seus anexos, verificando se dispõe dos documentos exigidos.

8.3 E, ainda, que sejam observadas todas as características do objeto licitado para, assim, evitar propostas com valores **INEXEQUÍVEIS**, pois não será aceito pedido de desistência após o início da sessão do pregão.

9. DO PRAZO DE ASSINATURA E VIGÊNCIA:

9.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura do contrato.

9.2. O(s) licitante(s) vencedor (es) terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para a assinatura do Contrato, contado da data de convocação pelo solicitante, podendo ser prorrogado, uma vez, por igual período, devidamente justificado.

9.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data limite para apresentação das propostas. Somente após o interregno de 1(um) ano, o reajuste do contrato utilizará o índice IPC-A como critério de reajuste, de acordo com a **Lei 14.333/2021**.

10. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DOS LICITANTES:

10.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados perante o sistema eletrônico provido pela plataforma BNC, por meio do sítio <https://bnc.org.br/>.

10.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no BNC até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

10.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

10.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



10.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

10.6 Não poderão disputar esta licitação:

10.6.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

10.6.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

10.6.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

10.6.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

10.6.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

10.6.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

10.6.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

10.6.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

10.6.9 A pessoas jurídicas reunidas em consórcio poderão participar da licitação desde que atenda aos requisitos do art. 15 da Lei n.º 14.133/2021;

10.6.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

10.6.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no



exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

10.7 O impedimento de que trata o item 10.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

10.8 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 10.6.2 e 10.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

10.9 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

10.10 O disposto nos itens 10.6.2 e 10.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

10.11 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10.12 A vedação de que trata o item 10.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

11. DOS PREÇOS ESTIMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO:

11.1. O preço global estimado pela Administração para a aquisição do objeto deste Pregão é de **R\$334.191,20 (trezentos e noventa e quatro mil, cento e noventa e um reais e vinte centavos)** conforme os valores constantes do PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO I deste edital.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1. Os recursos necessários à realização do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária



Equipamentos e Materiais Permanentes – 4490 5200

	Reduzido	Fonte
10.302.0058.1.002	330	01.704.99 / 1.635.00

Material de Consumo - 3390 3000

Programa de Trabalho	Reduzido	Fonte
10.302.0058.2.013	324	1.600.20 / 01.704.99 / 1.635.00

13. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

13.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

13.2 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

13.2.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

13.2.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

13.2.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

13.2.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

13.3 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema



eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

13.5 A falsidade da declaração de que trata os itens 13.2.4 ou 13.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

13.6 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

13.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

13.8 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

13.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

13.9.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,05 (cinco centavos).

13.9.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

13.10 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

13.10.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

13.10.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

13.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 13.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

13.12 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



13.13 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

13.14 A fase habilitatória ocorrerá logo após a fase de habilitação de lances.

14. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

14.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

14.1.1 valor unitário ou desconto do item conforme o critério de julgamento adotado na presente licitação;

14.1.2 Marca;

14.1.3 Fabricante;

14.1.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

14.2 O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

14.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

14.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

14.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

14.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

14.7.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

14.7.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;



14.7.3 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 13.7.

14.8 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

15. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

15.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

15.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

15.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

15.4. Não serão aceitas, e serão desclassificadas na fase de análise, as propostas com valores acima do estimado, tanto no unitário, quanto no valor global.

15.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

15.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

15.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

15.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

15.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá **ser de R\$ 0,5 (cinco centavos).**

15.10. O licitante poderá, **uma única vez**, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

15.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.



15.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

15.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

15.12.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

15.12.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

15.12.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

15.12.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

15.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

15.13.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

15.13.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

15.13.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

15.13.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

15.13.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

15.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes



que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

15.14.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 15.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

15.14.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

15.14.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

15.14.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

15.14.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

15.14.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

15.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

15.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

15.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

15.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

15.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

15.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

15.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O



sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

15.21.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

15.21.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

15.21.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

15.21.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

15.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

15.22.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

15.22.2 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

15.22.3 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

15.22.4 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

15.22.5 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

15.22.6 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

15.22.7 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no



caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

15.22.8 empresas brasileiras;

15.22.9 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

15.22.10 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

15.23. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

15.24. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

15.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

16. DA FASE DE JULGAMENTO:

16.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 10.6.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

16.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br>

16.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

16.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

16.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

16.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

16.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).



16.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

16.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 13.4 este edital.

16.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

16.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

16.6.1 contiver vícios insanáveis;

16.6.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

16.6.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

16.6.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

16.6.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

16.7 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

16.8 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

16.8.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

16.8.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

16.9 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

16.9.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

16.9.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

16.9.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

16.9.4 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração,



equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

16.10 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

16.11 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

16.11.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

16.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

16.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

16.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

16.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

16.14 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

16.15 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.



16.16 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

16.17 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

16.18 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

17. DA HABILITAÇÃO:

17.1 A licitante vencedora deverá encaminhar, após solicitação de diligência efetuada pelo Pregoeiro, documentos complementares, que venham comprovar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, ou atualização de documentos cuja validade tenha se expirado após a abertura data de recebimento de propostas, no prazo máximo de 2 (duas) horas sob pena de Inabilitação, vedada apresentação de novos documentos.

17.2 A verificação no sistema ou a exigência dos documentos nele não contidos, somente será feita em relação ao licitante vencedor.

17.3 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação e habilitação.

17.4 No caso de não atendimento das exigências por parte do licitante, o pregoeiro analisará as propostas subsequentes e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

17.4.1 Todos os documentos de habilitação exigidos deverão ser originais ou apresentados por qualquer processo de cópia preferencialmente autenticada por cartório competente, ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, salvo os documentos emitidos por meio eletrônico, cuja autenticidade poderá ser verificada na rede mundial de computadores (internet), quando possível;

17.5 DAS DECLARAÇÕES

17.5.1 Será verificada a apresentação da declaração de que o licitante atende aos requisitos de habilitação na forma do Anexo do Edital, e o declarante responderá pela



veracidade das informações prestadas, na forma do Art. 63, Inc I da Lei 14.133/21. Além disso, também será verificada a apresentação de declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

17.5.2 A licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar Federal nº 123/2006, especialmente no seu art. 3º, sob as penas da lei, em especial do art. 299 do Código Penal.

17.5.3 A falta da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte conduzirá ao seu afastamento da licitação.

17.5.4 A declaração falsa de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte implicará a sua inabilitação quando a falsidade for constatada no curso do certame, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

17.5.5 Todos os documentos de habilitação exigidos deverão ser originais ou apresentados por qualquer processo de cópia preferencialmente autenticada por cartório competente, ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, salvo os documentos emitidos por meio eletrônico, cuja autenticidade poderá ser verificada na rede mundial de computadores (internet), quando possível.

17.6 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

17.6.1 Qualquer documento que comprove sua existência jurídica, conforme artigo 66 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.6.2 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

17.6.3 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

17.6.4 No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

17.6.5 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

17.6.6 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;



17.6.7 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

17.6.8 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização; Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

17.6.9 A Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123/2006, comprovar tal condição mediante certidão simplificada expedida com data do ano em curso pela Junta Comercial, sob pena de preclusão e de não aplicação dos efeitos da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações advindas da Lei Complementar 147/2014;

17.6.10 Declaração de enquadramento de ME/EPP, conforme modelo do Anexo VI deste Edital.

17.7 DA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

17.7.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

17.7.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

17.7.3 Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;

17.7.4 Prova de Regularidade de débito com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação;

17.7.5 Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal referente à tributos mobiliários, compatível com o objeto contratual;

17.7.6 Certidão de Regularidade do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, fornecida pela Caixa Econômica Federal;

17.7.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa;

17.7.8 Declaração Conjunta de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, no tocante a observância quanto à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos e Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme Anexo III Todos os documentos neste tópico mencionados deverão ser apresentados na forma prevista na Lei 14.133/2021, essencialmente em seu artigo 68, ou naquelas legislações por ela referenciadas.

17.7.9 Qualificação econômico-financeira (artigo 69 da lei federal nº 14.133/2021):



17.7.9.1 Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante. Para as licitantes sediadas na Cidade do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidão do 2º Ofícios de Registro de Distribuição e pelos 1º e 2º Ofícios de Interdições e Tutelas, caso pessoa física ou Microempreendedor Individual – MEI.

17.7.9.2 As licitantes sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.

17.7.9.3 Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

17.7.10 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados **na forma da lei**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

17.7.10.1 O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

17.7.10.2 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

17.7.10.3 No caso de sociedade constituída há menos de 2 anos, a apresentação do balanço Patrimonial e suas demonstrações, limitar-se-á ao último exercício fiscal.

17.7.10.4 As sociedades por ações deverão apresentar as demonstrações contábeis publicadas, de acordo com a legislação pertinente.

17.7.11 No caso de escrituração contábil digital do balanço (sistema Sped), deverá ser apresentado o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, acompanhado do(s) termo(s) de abertura e encerramento do exercício e respectivos Termo(s) de Autenticação do livro digital do exercício.

17.7.12 O Licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, na convenção coletiva de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

17.7.13 Os atestados de capacidade técnica emitidos em nome de consórcio do qual a licitante tenha feito parte sem que haja a identificação das atividades desempenhadas



individualmente por cada consorciado serão avaliados na forma prevista no artigo 67, § 10 e § 11, da Lei nº 14.133/2021.

17.7.14 Todos os documentos de habilitação exigidos deverão ser originais ou apresentados por qualquer processo de cópia preferencialmente autenticada por cartório competente, ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, salvo os documentos emitidos por meio eletrônico, cuja autenticidade poderá ser verificada na rede mundial de computadores (internet), quando possível;

17.7.15 Todas as certidões deverão estar com seus prazos de validade aptos na data de apresentação, sendo que será confirmada a validade e autenticidade das mesmas, quando possível;

17.7.16 Todas as certidões, declarações ou documentos equivalentes expedidos sem prazo de validade serão considerados válidos desde que expedidos no máximo a 180 (cento e oitenta) anteriores à data designada para sessão pública;

17.7.17 No caso das microempresas e empresas de pequeno porte, face ao disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06 alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, devendo regularizá-las no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que o proponente for declarado vencedor, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

17.7.18 A não regularização da documentação, no prazo fixado acima, implicará decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultada a Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem da classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

17.7.19 Se a empresa licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



17.7.20 Caso o licitante pretenda que outro estabelecimento seu (matriz ou filial), execute o futuro Contrato, deverá apresentar toda documentação da habilitação (exigida nesta cláusula) de ambos os estabelecimentos.

18. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

18.1. Comprovação de aptidão por meio de **ATESTADO (S) DE CAPACIDADE TÉCNICA**, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento com as características do objeto da licitação;

18.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

18.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

19. DOS RECURSOS:

19.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas ou o ato da habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no **art. 165 da Lei 14.133/2021**.

19.2. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante cada fase da sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso no prazo de 30 (trinta) minutos.

19.1.1 A falta de manifestação imediata da licitante importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a prosseguir o certame e declarar a vencedora.

19.1.2 Diante da manifestação da intenção de recurso o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

19.2 Recebida a intenção de interpor recurso pelo Pregoeiro a licitante deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

19.2.1 As razões e contrarrazões serão recebidas exclusivamente por meio de campo próprio no Sistema.

19.3 Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento das razões e contrarrazões ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado a autoridade superior ao Agente, com competência para decidir recursos, para a decisão final no prazo de 5 (cinco) dias úteis.



19.4 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.5 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

19.6 Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante.

19.7 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19.8 Encerrada as fases de julgamento e habilitação, e, exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para:

I – Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades

II – Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade

III – Proceder a anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável; e

IV – Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

20. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

20.1. Decididos os recursos o processo licitatório será encaminhado à Autoridade Superior para:

I – Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II – Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade.

III – Proceder a anulação da licitação de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável, e

IV – Adjudicar o objeto e homologar a licitação

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

21.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

21.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

21.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

21.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

21.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

21.2.4 deixar de apresentar amostra;

21.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;



- 21.2.6** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 21.2.7** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 21.2.8** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 21.2.9** fraudar a licitação
- 21.2.10** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 21.2.11** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 21.2.12** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 21.2.13** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 21.2.14** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 21.2.15** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 21.3** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal
- 21.3.1** advertência;
- 21.3.2** multa;
- 21.3.3** impedimento de licitar e contratar e
- 21.3.4** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 21.4** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 21.4.1** a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 21.4.2** as peculiaridades do caso concreto
- 21.4.3** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 21.4.4** os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 21.4.5** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 21.5** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre a parcela mensal prevista, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 21.6** Para as infrações previstas nos itens 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 21.7** Para as infrações previstas nos itens 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6, 21.1.7 e 21.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.



21.8 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

21.9 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

21.10 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

21.11 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6, 21.1.7 e 21.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

21.12 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 21.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

21.13 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

21.14 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

21.15 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis,



contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

21.16 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

21.17 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

22. DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

22.1. Conforme Artigo 140 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, o objeto do presente contrato será recebido:

- a) Provisoriamente, pelo fiscal do contrato, imediatamente após a entrega do contrato.
- b) Definitivamente, dentro do prazo da data da instalação, após a verificação das condições estabelecidas neste Termo. O recebimento definitivo do objeto será declarado pelo fiscal no prazo máximo de 20 (trinta) dias corridos.

22.2. A forma de entrega do objeto será parcelada.

22.3. Os serviços deverão ser prestados no seguinte endereço, onde serão instalados os equipamentos.

NOME	ENDEREÇO	CEP	BAIRRO
ALMOXARIFADO	AVENIDA DEDO DE DEUS, 820	25.945-388	CANTAGALO

22.4. O prazo de entrega dos bens é de 07 (sete) dias úteis, contados da data do recebimento da Autorização de Fornecimento, concomitantemente a Nota de Empenho, em remessa única, e deverá ser realizada diretamente no Almojarifado, estabelecido a Avenida Dedo de Deus, número 820 Cantagalo Guapimirim — RJ.

22.5. Na impossibilidade de cumprir o prazo supra citado, a Contratante deverá ser informada no prazo máximo de 24 horas (vinte e quatro) que anteceda a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto com a devida comprovação.

22.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

22.7. Se, após o recebimento, constatar-se que o objeto foi executado em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a Fiscalização notificará por escrito a Contratada, ficando suspenso o pagamento até que seja sanada a irregularidade.



22.8. O aceite/aprovação do objeto pela Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas neste termo.

22.9. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos de forma imediata, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

23. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

23.1 A avaliação da execução do objeto utilizará instrumento para aferição da qualidade da prestação dos serviços o disposto neste item.

23.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

23.2.1 não produzir os resultados acordados,

23.2.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

23.2.3 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

23.3 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

23.3.1 Liquidação

23.4 Recebida a Nota Fiscal ou fatura equivalente no Protocolo, localizado no Edifício Sede da Prefeitura Municipal de Guapimirim, nº 1161, 1º andar, Cantagalo, Guapimirim, RJ, no horário entre 8:30h e 16:30h, e realizado seu atesto, correrá o prazo para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

23.5 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

23.6 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

23.6.1 o prazo de validade;

23.6.2 a data da emissão;

23.6.3 os dados do contrato e do órgão contratante;



Processo:7831/2023	Página: 817	Rubrica:
--------------------	-------------	----------

23.6.4 o período respectivo de execução do contrato;

23.6.5 o valor a pagar; e

23.6.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

23.7 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

23.8 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

23.9 A Administração deverá realizar consulta à documentação para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

23.10 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

23.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

23.12 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

23.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

24. CONTROLE DE EXECUÇÃO DO OBJETO



24.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

24.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

24.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

24.4 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

24.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

24.6 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

24.7 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º;

24.8 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

24.9 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

24.10 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

24.11 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.



24.12 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

24.13 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

24.14 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

24.15 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

24.16 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

24.17 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

24.18 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

24.19 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

24.20 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.



24.21 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

24.22 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

24.23 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

24.24 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

24.25 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

24.26 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

24.26.1 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

24.26.2 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer a CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas, devendo, inclusive, submetê-las à Contratada para ciência.

24.27 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

24.28 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser



aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

24.29 A fiscalização da contratação caberá a servidor (a) da Secretaria Municipal de Saúde indicado em ato próprio.

25. DO ARREDONDAMENTO DE VALORES

25.1 Não serão aceitas propostas com valores acima de 2 (duas) casas decimais, tanto no valor unitário, quanto no valor total.

25.2 Tribunal de Contas da União, através da 4ª edição da Revista de licitações e contratos do Tribunal de Contas da União – Orientações e jurisprudência do TCU – Página 509:

“Quando a adjudicação for por item ou equivalente, o cálculo dos Índices de Preço, Técnico e de Avaliação Final será efetuado item por item ou conforme dividir-se o objeto. Serão os valores numéricos calculados com duas casas decimais, desprezada a fração remanescente”

26. DA SUBCONTRATAÇÃO

26.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

27. DOS ANEXOS QUE INTEGRAM ESTE EDITAL:

Anexo I – Modelo de Proposta de Preços;

Anexo II – Termo de Referência;

Anexo III – Declaração de Habilitação Conjunta

Anexo IV – Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos da habilitação

Anexo V – Minuta do Contrato

Anexo VI – Modelo de Declaração de ME/EPP;

Anexo VII- Declaração de acesso a informações e

Anexo VIII- Recibo de retirada

28. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS:

28.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

28.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.



28.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

28.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

28.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

28.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

28.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

28.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

28.9. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

28.10. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

28.11. A Autoridade Superior da Prefeitura Municipal de Guapimirim poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

28.12. A anulação do Pregão induz à do contrato.

28.13. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar

28.14. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

29. FORO:

29.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIMIRIM e as licitantes do certame elegem o foro da Comarca de Guapimirim, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente Edital.



Processo:7831/2023	Página: 823	Rubrica:
--------------------	-------------	----------

Guapimirim-RJ, 09 de setembro de 2024.

Fernando Wallace Clemente da Silva
Secretário Municipal de Saúde



ANEXO I – PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO nº 9/2023

Processo nº 7831/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, ATRAVES DE LICITAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO, ESPECIFICOS, PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS E PROCEDEIMENTOS OFTALMOLOGICOS, DESTINADOS AO CENTRO DE ESPECIALIDADES JOÃO ARRUDA.

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QTD.	VLR UNIT.	VLR. TOTAL
1	47239	AUTOREFRATOR	UND		2,0000	30.365,0000	60.730,00
2	47240	CADEIRA OFTALMOLÓGICA	UND		2,0000	13.779,0750	27.558,15
3	47235	CINCLOPENTOLAT O 1%	FR		216,0000	8,7682	1.893,93
4	47241	COLUNA OFTALMOLÓGICA	UND		2,0000	9.122,0000	18.244,00
5	47237	FLUORESCÉINA A 1%	FR		216,0000	12,5000	2.700,00
6	47242	LAMPADA DE FENDA OFTALMOLÓGICA	UND		2,0000	16.461,1400	32.922,28
7	47243	LENSOMETRO	UND		2,0000	6.140,0600	12.280,12
8	47249	LENTE OFTALMOLÓGICA DE 20D	UND		2,0000	1.261,0000	2.522,00
9	47250	LENTE OFTALMOLÓGICA DE 78D	UND		2,0000	1.390,0000	2.780,00
10	47244	MESA OFTALMOLÓGICA	UND		2,0000	2.429,0000	4.858,00
11	47245	OFTALMOSCÓPIO BINOCULAR INDIRETO	UND		2,0000	6.582,4950	13.164,99
12	47236	OXIBUPROCAÍNA 4MG/ML	FR		216,0000	20,9786	4.531,38
13	47246	PROJETOR	UND		2,0000	1.787,0000	3.574,00



Processo:7831/2023	Página: 825	Rubrica:
--------------------	-------------	----------

		OPTOTIPOS					
14	47247	REFRATOR DE GREENS	UND		2,0000	7.187,5000	14.375,00
15	47251	RÉGUAS DE LENTES PARA ESQUIASCOPIA	UND		2,0000	495,1400	990,28
16	47252	RETINOSCOPIO	UND		2,0000	3.389,8400	6.779,68
17	47248	TONOMETRO DE SOPRO OFTALMOLÓGICO	UND		2,0000	60.890,0000	121.780,00
18	47238	TROPICAMIDA 1%	FR		216,0000	11,6083	2.507,39

Prazo de validade da proposta: 60 dias

Prazo de pagamento: conforme tr

Prazo de fornecimento: 7 DIAS

OBS: A empresa declarada vencedora apresentará, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, à partir do resultado final da habilitação declarando a licitante vencedora, nova planilha detalha respeitando o valor final da licitação.



ANEXO II- TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto para aquisição de equipamentos e insumos oftalmológicos, por meio de máquinas automáticas de autosserviço, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2 ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DETALHADA DO OBJETO

LOTE 1				
ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNIDADE DE MEDIDA
01	AUTOREFRATOR, com ceratômetro, para realização de exames oftalmológicos	<p>Permitir a realização de exames de refração e ceratometria, de forma independente ou combinada;</p> <p>Deve possuir no mínimo os modos: 3.1. REF (refratometria), 3.2. KER (ceratometria), 3.3. K/R (refração e ceratometria), 3.4. CLBC (curva base de lente de contato);</p> <p>Possuir tela LCD com no mínimo 5.7 polegadas;</p> <p>Possuir apoio de queixo e testa com ajuste de posicionamento;</p> <p>Possuir freio da movimentação XY, com liberação rápida;</p> <p>Possuir impressora térmica integrada ao equipamento com, no mínimo, 5 bobinas de papel;</p> <p>Características básicas de medição:</p> <p>Refração:</p> <p>Dioptria {esférico}: - 20,00/+20,00d, escala de medição: 0,12d ou 0,25d;</p>	02	UND



Dioptria {cilíndrico}: -
10,00/+10,00d, escala de
medição: 0,12d ou 0,25d;

Distância vertex: 0,00mm;
12,00mm; 13,75mm e
15,00mm; podendo variar +-
0,25mm;

Eixo: 0° a 180°, com intervalo
de 1°;

Distância interpupilar: 10 -
85mm;

Diâmetro mínimo pupila:
2,2mm.

Ceratometria:

Raio de curvatura: 5 a 10 mm;

Escalas de medição: 0,01mm;

Refração de córnea:
33,75/+67,00d, escala de
medição: 0,12d ou 0,25d;

Astigmatismo de córnea:
0,00d/-10,00d, escala de
medição: 0,12d ou 0,25d;

Eixo: 0° a 180°, com intervalo
de 1°.

Possuir tensão de entrada
bivolt;

Possuir terminal de transporte
de dados RS232 e/ou USB;

Possuir no mínimo os
seguintes acessórios:

Mesa elétrica;

Demais acessórios
necessários para o correto
funcionamento do
equipamento e de suas
especificações supracitadas;

Deve possuir registro no
ministério da saúde /
ANVISA;

Garantia integral de 12



		meses; Transporte e instalação pré-agendada inclusa; Treinamento para os usuários.		
02	CADEIRA OFTALMOLÓGICA, construída em aço, pintada com tinta epoxi, elétrica, com isolamento de borracha encosto reclinável com mola	Possuir cabeceira reclinável e escamoteável; Possuir movimento de encosto e perneira elétrico simultâneo, atingindo posição final horizontalizada; Possuir apoio do braço direito escamoteável e com trava espuma injetada e recoberta com courvin; Possuir alimentação 110/220 volts, selecionável; Possuir sistema de elevação elétrico (sem óleo); Possuir acionamento por pedal e comando lateral base com pés reguláveis para melhor ajuste ao piso; Possuir com capacidade de suportar até 150 kg; Apresentar manual de utilização/operação do equipamento em português; Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA; Garantia integral de 12 meses; Transporte e instalação pré-agendada inclusa; Treinamento para os usuários.	02	UND
03	COLUNA OFTALMOLÓGICA, construída em aço e pintada em tinta epoxi:	Possuir braço pantográfico balanceado, com ajuste longitudinal; Possuir braço com bandeja em fórmica; Possuir Base com pés reguláveis, para melhor ajuste	02	UND



		<p>ao piso;</p> <p>Possuir foco de luz:</p> <p>Em braço articulado em metal;</p> <p>Iluminação com lâmpada LED, com controle de intensidade de luz (DIMMER);</p> <p>Deve vir com braço para projetor com bandeja;</p> <p>Possuir controles:</p> <p>Chave geral com indicação visual;</p> <p>Intensidade do foco de luz;</p> <p>Liga/desliga projetor (ou outro instrumento);</p> <p>Alimentação 110/220 volts selecionável.</p> <p>Apresentar manual de utilização/operação do equipamento em português;</p> <p>Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;</p> <p>Garantia integral de 12 meses;</p> <p>Transporte e instalação pré-agendada inclusa;</p> <p>Treinamento para os usuários.</p>		
04	LÂMPADA DE FENDA, biomicroscópio, tipo estereoscópico com tonômetro de aplanção fixo/ articulado tipo GOLDMANN.	<p>Possuir seletor de ampliação 2 passos por rotação de lente;</p> <p>Possuir ocular () opção 10x, (16x);</p> <p>Possuir raio de aumento 10x, 16x, (16x, 25.6x) mínimos;</p> <p>Possuir alavanca totalmente em metal;</p> <p>Possuir campo de visão 18, 14.5 (11.25,9);</p> <p>Possuir juste pupilar (mm) 55 a 77 mínimos ajuste de</p>	02	UND



dioptria - 5 a +3 mínimo:

Iluminação da fenda:

Possuir aumento da projeção da fenda 1.23x;

Possuir largura da fenda (mm) 0 a 14 ajustáveis;

Possuir comprimento da fenda (mm) 1,2,3,5,8,10,14;

Possuir abertura do diâmetro (mm) 1,2,3,5,8,10,14;

Possuir direção da fenda podendo ser alterada gradualmente;

Possuir ângulo da fenda 180°;

Possuir inclinação da fenda 5 a 20°;

Possuir filtros azul cobalto, vermelho;

Possuir iluminação por lâmpada halógena 6 v, mínimo 20 w.

Base:

Possuir movimento mínimo longitudinal 90(mm);

Possuir movimento mínimo lateral 100 (mm);

Possuir movimento vertical mínimo 30(mm);

Possuir movimento fino em todas as direções mínimo 12 mm;

Possuir movimentos verticais da queixeira mínimo de 80 mm;

Possuir alvo de fixação luminoso com ajuste de dioptria por LED vermelho ou lâmpada branca;

Possuir ainda mesa elétrica



		<p>motorizada em 110 v/220 v.</p> <p>Possuir alimentação, entrada (primária), frequência e saída (secundária) AC 5.5v, 6.3v;</p> <p>Possuir tamanho 550x370 (modelo de mesa);</p> <p>Deve acompanhar mesa com as seguintes características e acessórios:</p> <p>Capa protetora, Base suporte da mesa construída em aço, pintada com tinta EPOXI;</p> <p>Sistema de elevação elétrico;</p> <p>Ajuste preciso de altura;</p> <p>Tomada para lâmpada de fenda;</p> <p>Capacidade de carga de 50 kg;</p> <p>Altura mínima/máxima (780/980 mm);</p> <p>Tampo revestido em fórmica com gaveta;</p> <p>Pés reguláveis;</p> <p>Coluna lateral;</p> <p>Alimentação 110/220 volts, selecionável.</p> <p>Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;</p> <p>Garantia integral de 12 meses;</p> <p>Transporte e instalação pré-agendada inclusa;</p> <p>Treinamento para os usuários</p>		
05	Lensômetro: aparelho manual	<p>Possuir escala de medição: -20d ~ +20d em média</p> <p>Possuir eixo do cilindro: 0° ~ 180°, prisma: 0 ~ 5 Δ, regulagem da ocular: ±5 d, tamanho da lente: ø 16 ~ 80 mm forma de leitura: cruz de malta;</p> <p>Possuir iluminação: LED,</p>	02	UND



		<p>tensão: bivolt (110 v ~ 220 v), lente indireta oftalmológica 20d, raio - 2,97x ($\pm 5\%$);</p> <p>Possuir distância de trabalho: 47 mm ($\pm 5\%$), abertura: 48 mm ($\pm 5\%$) fov: 50 (no mínimo);</p> <p>Possuir dimensão (diâmetro): 56 x 20 mm ($\pm 10\%$).</p> <p>Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;</p> <p>Garantia integral de 12 meses;</p> <p>Transporte e instalação pré-agendada inclusa;</p> <p>Treinamento para os usuários.</p>		
06	<p>MESA OFTALMOLÓGICA: possuir sistema elétrico de elevação e descida, movimentos suaves, ajuste preciso de altura e capacidade aproximada de 50 kg. Possuir ainda perfeita estabilidade, apoio de gabinete regulável de acordo com o desnível do piso, tampa da mesa em laminado melamínico plástico de aproximadamente 60 x 50 cm e coluna central ou lateral com base emborrachada. Alimentação 110/220 v (selecionável), 60 Hz.</p>	<p>Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;</p> <p>Garantia integral de 12 meses;</p> <p>Transporte e instalação pré-agendada inclusa;</p> <p>Treinamento para os usuários.</p>	02	UND
07	<p>OFTALMOSCÓPIO BINOCULAR INDIRETO</p>	<p>Iluminação: Possuir feixe luminoso constante; Possuir iluminação a LED; Possuir fonte luminosa LED de, no mínimo, 2,38w; Possuir intensidade luminosa mínima de 1200 lux; Possuir a possibilidade de controlar a posição de controle da iluminação no capacete.</p> <p>Lente: Possuir lentes e espelhos em vidro óptico; Possuir filmes anti-reflexos; Possuir filtros verde e azul.</p> <p>Unidade De Observação:</p>	02	UND



		<p>Possuir distância de trabalho 300 – 450 mm; Possuir distância pupilar 49 – 74 mm; Possuir SPOT em três tamanhos diferentes, sendo um deles ajustáveis; Possuir peso máximo de 650 gramas Carregador de bateria: Possuir tensão de entrada 110-220 v; Possuir bateria recarregável de alta duração.</p> <p>Tipo Do Cabo E Dimensão: USB.</p> <p>Acessório: Possuir maleta de transporte. Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA; Garantia integral de 12 meses; Transporte e instalação pré-agendada inclusa; Treinamento para os usuários.</p>		
08	PROJETOR OPTÓTIPOS, Optótipos para acuidade visual.	<p>Possuir projeção silenciosa; Possuir jogo de slides completo para alfabetizados, analfabetos, crianças, idosos e daltônicos; Possuir Slide completo com 39 figuras, com apenas 1 linha de elementos em cada slide, sendo no mínimo: 10 slides de letras, 10 de números, 10 de SNELLINGS, De figuras. Possuir controle remoto sem fio; Possuir microprocessador; Possuir iluminação halógena; Possuir 01 (uma) lâmpada reserva; Possuir filtros: Verde-vermelho; Possuir Slide para astigmatismo;</p>	02	UND



		<p>Possuir ponto de fixação; Possuir distância de projeção aproximada de 3 a 7 metros com zoom; Possuir distância de refração aproximada: 3 a 6 metros; Possuir ampliação de projeção: 30x (em refração de 5 metros); Possuir número de máscaras: aberto 1, linha horizontal 5, linha vertical 8, isolamento simples 21; Possuir R&G: máscara de mudança 1 frame/0.03 segundos, 4 programações; Possuir faixa de inclinação: +/- 10º acima / abaixo de forma de linha horizontal de projeção; Possuir função entra em modo stand by após, no máximo, 10 minutos de inatividade; Possuir alimentação bivolt automático; Permite fácil troca da lâmpada; Possuir possibilidade de acomodação em prateleira da coluna pantográfica. Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;</p> <p>Garantia integral de 12 meses;</p> <p>Transporte e instalação pré-agendada inclusa;</p> <p>Treinamento para os usuários.</p>		
09	REFRATOR DE GREENS: aparelho manual de teste de refração subjetiva, adaptável em coluna pantográfica.	<p>Miopia: 0 a -19.00d em passos de 0.25d (passos de 0.12d) hipermetropia: 0 a +16.75d em passos de 0.25d (passos de 0.12d) astigmatismo: 0 a -6.00d (-8.00d) com lente auxiliar em passos de 0.25d (passos de 0.12d) cilindro cruzado: ± 0.25d (±0.37d e ± opcional);</p> <p>Foria e vergência: 20da 0 a 20 d por 1 d passo interno 40 d externo 40 d (50 d) ascendente</p>	02	UND



		<p>e descendente 40 d (46 d)</p> <p>Possuir suporte para fixação de tabelas para visão de perto;</p> <p>Possuir teste de visão próxima: os eixos ópticos principais de ambas as lentes convergem-se através do mecanismo de inclinação a 40 cm a frente dos olhos a 64 mm d.p. Se o d.p. Para visão à distância for menor que 54 mm, a operação convergente cessa. Teste de equilíbrio binocular: prisma rotatório e métodos de lentes polarizadas d.p.: 48 a 75mm por passo de 1mm ajuste: acima de 4.5° para direito e esquerdo peso até 4.5 kg;</p> <p>Possuir ajustes e movimentos de troca de lentes suaves com paradas e centralização precisas;</p> <p>Possuir eixos deslizantes sob buchas de bronze;</p> <p>Possuir disco de suportes das lentes em metal;</p> <p>Possuir engrenagens em metal.</p> <p>Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;</p> <p>Garantia integral de 12 meses;</p> <p>Transporte e instalação pré-agendada inclusa;</p> <p>Treinamento para os usuários.</p>		
10	TONÔMETRO DE SOPRO, equipamento de mesa para medição da pressão intraocular	<p>Possuir monitor integrado ao aparelho de aproximadamente 05 polegadas, para medição e alinhamento ocular, com no mínimo 3 medições por olho com emissão de nota de qualidade da medição;</p> <p>Possuir comandos do painel por toque na tela parra</p>	02	UND



controle com funções de: impressão, ajustes, movimento do cursor; data e hora; com impressora; faixa de medição manual/automático em torno de 7 a 60 MMHG, distância de trabalho de aproximadamente 11 mm (ajuste automático);

Possuir conexão para computador através de saída RS 232;

Possuir alimentação: bivolt (100 a 240 v, 50/60 Hz) automático;

Possuir pressão intraocular corneana compensada;

Possuir comando para transferir dados do exame via portal USB diretamente para computador;

Possuir medições precisar com a biomecânica da córnea comprometida por diversas doenças ou cirurgia;

Possuir mesa para colocação do tonômetro de sopro, com sistema de elevação elétrica e botão liga/desliga na mesa, com tomada apropriada para o tonômetro, com altura de elevação compreendida entre 670 a 850 mm, provido de pés reguláveis e coluna na parte central e alimentação elétrica bivolt (100 a 240 v, 50/60 Hz) ou ajustável através de chave seletora;

Possuir capacidade de suportar peso mínimo de 13 kg e máximo de 21 kg.

Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;

Garantia integral de 12 meses;

Transporte e instalação pré-agendada inclusa;



		Treinamento para os usuários.		
11	LENTE DE 20D	Lente para oftalmoscopia binocular indireta. Magnificação da imagem: 2.97X. Fator de magnificação do laser: 0,34x. Campo de Visão Estático: 50°. Distância de trabalho medido da córnea: 47 mm. Abertura: 48 mm. Imagem de alta resolução. Clara.	02	UND
12	LENTE DE 78D	Lente para biomicroscopia de fundo. Imagem de alta resolução. Campo de visão estático de 88°. Aumento de visão de 0.98x. Clara.	02	UND
13	RÉGUAS DE LENTES PARA ESQUIASCOPIA	Conjunto de réguas para retinoscopia Tipo Luneau, sendo uma positiva e uma negativa com diversas lentes convexas e côncavas, com capa de proteção. 16 lentes por régua. Medidas: ± 0.50/ 1.00/ 1.50/ 2.00/ 2.50/ 3.00/ 3.50/ 4.00/ 4.50/ 5.00/ 6.00/ 7.00/ 8.00/ 9.00/ 10.00/ 12.00/ 15.00 D.	02	UND
14	RETINOSCOPIO	Deve possuir sistema de foco externo com rotação contínua; filtro polarizador linear cruzado; cartões de alvo magnéticos para retinoscopia dinâmica; focalização e rotação de 360° da fenda; iluminação 3.5 v a bateria ou elétrica; composto de: 01 cabeça de retinoscópio; 01 cabo recarregável; 01 carregador de mesa; 01 lâmpada 3.5v e 01 estojo de proteção. a empresa vencedora deverá apresentar o registro do equipamento na Anvisa.	02	UND
LOTE 2				
15	- CINCLOPENTOLATO 1%	solução oftalmológica em frasco de no mínimo 5 ml – 18 frascos mensal, com validade superior a 12 meses, a contar da data de seu entrega.	216	UND



16	OXIBUPROCAÍNA 4MG/ML	Solução oftalmológica de no mínimo 10ml – 18 frascos mensais, com validade superior a 12 meses, a contar da data de seu entrega.	216	UND
17	- FLUORESCEÍNA A 1%	solução oftalmológica em frasco de no mínimo 5 ml- 18 frascos mensais, com validade superior a 12 meses, a contar da data de seu entrega	216	UND
18	- TROPICAMIDA 1%	solução oftalmológica em frasco de no mínimo 5 ml- 18 frascos mensais com validade superior a 12 meses, a contar da data de seu entrega.	216	UND

1.2.1 Contratação de aquisição de equipamentos oftalmológicos e insumos necessários, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nesse termo.

1.3 – UNIDADES DE SAÚDE QUE DEVERÃO SER ATENDIDAS:

UNIDADES DE SAÚDE	LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS
CENTRO DE ESPECIALIDADES JOÃO ARRUDA	Consultório oftalmológico

1.4. DESCRIÇÃO BÁSICA DOS SERVIÇOS

1.4.1. Aquisição de equipamento oftalmológico possibilita um diagnóstico confiável para garantir o bom atendimento ao paciente, seja no diagnóstico ou tratamento de doenças oculares.

1.4.1.1 Objeto consiste na aquisição de equipamentos oftalmológicos a serem instalados nas dependências do Centro de Especialidades João Arruda, incluindo todos os equipamentos, instalação, materiais e insumos necessários à execução dos serviços, além de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva. possibilitando ao médico oftalmologista ser capaz de realizar o diagnóstico ou tratamento de doenças oculares,

1.4.1.2 DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO

a) Centro de Especialidades João Arruda – A aquisição de equipamentos oftalmológicos modernos possibilitará um diagnóstico instituído mais rapidamente, com maior possibilidade de sucesso no tratamento das doenças oculares.



2. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

2.1 Valor máximo total do objeto: R\$: xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

O valor foi obtido através da Pesquisa de Preços realizada pela Comissão de Compras, através da média das contratações públicas e orçamentos.

3. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO COMO COMUM

3.1 Os Serviços que constituem o Objeto deste Termo de Referência enquadram-se no conceito **serviço comum**, onde os requisitos técnicos são suficientes para determinar o conjunto da solução escolhida.

3.2 Entende-se, que deverá ser processado um PREGÃO ELETRÔNICO, com vistas a obter a melhor proposta para a Administração Pública.

3.3 Para a aquisição de bens comuns pelos órgãos da Administração Pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais é obrigatória a utilização da modalidade denominada pregão, na forma eletrônica (art. 6º, XLI da Lei nº 14.133/2021).

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1 Através das pesquisas identificamos que há vantajosidade na solução 2 apresentada nesse estudo. Com equipamentos oftalmológicos para o Centro de Especialidades João Arruda. A aquisição de equipamentos oftalmológicos e insumos, é um investimento que vale a pena, se observado o conjunto de benefícios para atender as necessidades da Administração Pública.

4.2 Através das pesquisas identificamos que outros municípios estão optando por aquisição de equipamentos oftalmológicos e insumos, com o objetivo de melhor atender as necessidades da Saúde Pública.

4.3 A aquisição de equipamentos oftalmológicos e insumos de qualidade pode resultar em melhores resultados clínicos, maior eficiência operacional e maior satisfação do paciente, proporcionando benefícios, tanto para os profissionais de saúde quanto para os pacientes atendidos.

4.4 Através da aquisição de equipamentos oftalmológicos e insumos modernos poderemos substituir os equipamentos obsoletos e garantir um diagnóstico preciso, tratamento eficaz e cuidados de saúde ocular de alta qualidade para os pacientes. Esses equipamentos são projetados para examinar os olhos, medir a acuidade visual, examinar o fundo do olho, medir a pressão intraocular e tratar uma variedade de condições oculares.

Referência Técnica conforme especificação de cada item

4.5 **AUTOREFRATOR**, com ceratômetro, para realização de exames oftalmológicos;



Permitir a realização de exames de refração e ceratometria, de forma independente ou combinada;

Deve possuir no mínimo os modos: 3.1. REF (refratometria), 3.2. KER (ceratometria), 3.3. K/R (refração e ceratometria), 3.4. CLBC (curva base de lente de contato);

Possuir tela LCD com no mínimo 5.7 polegadas;

Possuir apoio de queixo e testa com ajuste de posicionamento;

Possuir freio da movimentação XY, com liberação rápida;

Possuir impressora térmica integrada ao equipamento com, no mínimo, 5 bobinas de papel;

Características básicas de medição:

Refração:

Dioptria {esférico}: -20,00/+20,00d, escala de medição: 0,12d ou 0,25d;

Dioptria {cilíndrico}: -10,00/+10,00d, escala de medição: 0,12d ou 0,25d;

Distância vertex: 0,00mm; 12,00mm; 13,75mm e 15,00mm; podendo variar +- 0,25mm;

Eixo: 0° a 180°, com intervalo de 1°;

Distância interpupilar: 10 - 85mm;

Diâmetro mínimo pupila: 2,2mm.

Ceratometria:

Raio de curvatura: 5 a 10 mm;

Escalas de medição: 0,01mm;

Refração de córnea: 33,75/+67,00d, escala de medição: 0,12d ou 0,25d;

Astigmatismo de córnea: 0,00d/-10,00d, escala de medição: 0,12d ou 0,25d;

Eixo: 0° a 180°, com intervalo de 1°.

Possuir tensão de entrada bivolt;

Possuir terminal de transporte de dados RS232 e/ou USB;

Possuir no mínimo os seguintes acessórios:

Mesa elétrica;

Demais acessórios necessários para o correto funcionamento do equipamento e de suas especificações supracitadas;

Deve possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;

Garantia integral de 12 meses;

Transporte e instalação pré-agendada inclusa;

Treinamento para os usuários.

4.6 CADEIRA OFTALMOLÓGICA, construída em aço, pintada com tinta epoxi, elétrica, com isolamento de borracha encosto reclinável com mola;

Possuir cabeceira reclinável e escamoteável;

Possuir movimento de encosto e perneira elétrico simultâneo, atingindo posição final horizontalizada;

Possuir apoio do braço direito escamoteável e com trava espuma injetada e recoberta com courvin;

Possuir alimentação 110/220 volts, selecionável;

Possuir sistema de elevação elétrico (sem óleo);

Possuir acionamento por pedal e comando lateral base com pés reguláveis para melhor ajuste ao piso;

Possuir com capacidade de suportar até 150 kg;

Apresentar manual de utilização/operação do equipamento em português;

Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;

Garantia integral de 12 meses;

Transporte e instalação pré-agendada inclusa;



Treinamento para os usuários.

4.7 **COLUNA OFTALMOLÓGICA**, construída em aço com pintada em tinta epoxi:

Possuir braço pantográfico balanceado, com ajuste longitudinal;
Possuir braço com bandeja em fórmica;
Possuir Base com pés reguláveis, para melhor ajuste ao piso;
Possuir foco de luz:
Em braço articulado em metal;
Iluminação com lâmpada LED, com controle de intensidade de luz (DIMMER);
Deve vir com braço para projetor com bandeja;
Possuir controles:
Chave geral com indicação visual;
Intensidade do foco de luz;
Liga/desliga projetor (ou outro instrumento);
Alimentação 110/220 volts selecionável.
Apresentar manual de utilização/operação do equipamento em português;
Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;
Garantia integral de 12 meses;
Transporte e instalação pré-agendada inclusa;
Treinamento para os usuários.

4.8 **LÂMPADA DE FENDA**, biomicroscópio, tipo estereoscópico com tonômetro de aplanção fixo/ articulado tipo GOLDMANN.

Possuir seletor de ampliação 2 passos por rotação de lente;
Possuir ocular () opção 10x, (16x);
Possuir raio de aumento 10x, 16x, (16x, 25.6x) mínimos;
Possuir alavanca totalmente em metal;
Possuir campo de visão 18, 14.5 (11.25,9);
Possuir juste pupilar (mm) 55 a 77 mínimos ajuste de dioptria - 5 a +3 mínimo:
Iluminação da fenda:
Possuir aumento da projeção da fenda 1.23x;
Possuir largura da fenda (mm) 0 a 14 ajustáveis;
Possuir comprimento da fenda (mm) 1,2,3,5,8,10,14;
Possuir abertura do diâmetro (mm) 1,2,3,5,8,10,14;
Possuir direção da fenda podendo ser alterada gradualmente;
Possuir ângulo da fenda 180°;
Possuir inclinação da fenda 5 a 20°;
Possuir filtros azul cobalto, vermelho;
Possuir iluminação por lâmpada halógena 6 v, mínimo 20 w.
Base:
Possuir movimento mínimo longitudinal 90(mm);
Possuir movimento mínimo lateral 100 (mm);
Possuir movimento vertical mínimo 30(mm);
Possuir movimento fino em todas as direções mínimo 12 mm;
Possuir movimentos verticais da queixeira mínimo de 80 mm;
Possuir alvo de fixação luminoso com ajuste de dioptria por LED vermelho ou lâmpada branca;



Possuir ainda mesa elétrica motorizada em 110 v/220 v.
Possuir alimentação, entrada (primária), frequência e saída (secundária) AC 5.5v, 6.3v;
Possuir tamanho 550x370 (modelo de mesa);
Deve acompanhar mesa com as seguintes características e acessórios:
Capa protetora, Base suporte da mesa construída em aço, pintada com tinta EPOXI;
Sistema de elevação elétrico;
Ajuste preciso de altura;
Tomada para lâmpada de fenda;
Capacidade de carga de 50 kg;
Altura mínima/máxima (780/980 mm);
Tampo revestido em fórmica com gaveta;
Pés reguláveis;
Coluna lateral;
Alimentação 110/220 volts, selecionável.
Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;
Garantia integral de 12 meses;
Transporte e instalação pré-agendada inclusa;
Treinamento para os usuários.

4.9 LENSÔMETRO: aparelho manual:

Possuir escala de medição: -20d ~ +20d em média
Possuir eixo do cilindro: 0° ~ 180°, prisma: 0 ~ 5 Δ, regulagem da ocular: ±5 d, tamanho da lente: ø 16 ~ 80 mm forma de leitura: cruz de malta;
Possuir iluminação: LED, tensão: bivolt (110 v ~ 220 v), lente indireta oftalmológica 20d, raio - 2,97x (± 5%);
Possuir distância de trabalho: 47 mm (± 5%), abertura: 48 mm (± 5%) fov: 50 (no mínimo);
Possuir dimensão (diâmetro): 56 x 20 mm (± 10%).
Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;
Garantia integral de 12 meses;
Transporte e instalação pré-agendada inclusa;
Treinamento para os usuários.

4.10 MESA OFTALMOLÓGICA: possuir sistema elétrico de elevação e descida, movimentos suaves, ajuste preciso de altura e capacidade aproximada de 50 kg. Possuir ainda perfeita estabilidade, apoio de gabinete regulável de acordo com o desnível do piso, tampa da mesa em laminado melamínico plástico de aproximadamente 60 x 50 cm e coluna central ou lateral com base emborrachada. Alimentação 110/220 v (selecionável), 60 Hz.

Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;
Garantia integral de 12 meses;
Transporte e instalação pré-agendada inclusa;
Treinamento para os usuários.

4.11 OFTALMOSCÓPIO BINOCULAR INDIRETO:

Iluminação:
Possuir feixe luminoso constante;
Possuir iluminação a LED;
Possuir fonte luminosa LED de, no mínimo, 2,38w;
Possuir intensidade luminosa mínima de 1200 lux;
Possuir a possibilidade de controlar a posição de controle da iluminação no capacete.



Processo:7831/2023	Página: 843	Rubrica:
--------------------	-------------	----------

Lente:

Possuir lentes e espelhos em vidro óptico;

Possuir filmes anti-reflexos;

Possuir filtros verde e azul.

Unidade De Observação:

Possuir distância de trabalho 300 – 450 mm;

Possuir distância pupilar 49 – 74 mm;

Possuir SPOT em três tamanhos diferentes, sendo um deles ajustáveis;

Possuir peso máximo de 650 gramas

Carregador de bateria:

Possuir tensão de entrada 110-220 v;

Possuir bateria recarregável de alta duração.

Tipo Do Cabo E Dimensão:

USB.

Acessório:

Possuir maleta de transporte.

Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;

Garantia integral de 12 meses;

Transporte e instalação pré-agendada inclusa;

Treinamento para os usuários.

4.12 **PROJETOR OPTÓTIPOS**, Optótipos para acuidade visual.

Possuir projeção silenciosa;

Possuir jogo de slides completo para alfabetizados, analfabetos, crianças, idosos e daltônicos;

Possuir Slide completo com 39 figuras, com apenas 1 linha de elementos em cada slide, sendo no mínimo: 10 slides de letras, 10 de números, 10 de SNELLINGS, de figuras.

Possuir controle remoto sem fio;

Possuir microprocessador;

Possuir iluminação halógena;

Possuir 01 (uma) lâmpada reserva;

Possuir filtros:

Verde-vermelho;

Possuir Slide para astigmatismo;

Possuir ponto de fixação;

Possuir distância de projeção aproximada de 3 a 7 metros com zoom;

Possuir distância de refração aproximada: 3 a 6 metros;

Possuir ampliação de projeção: 30x (em refração de 5 metros);

Possuir número de máscaras: aberto 1, linha horizontal 5, linha vertical 8, isolação simples 21;

Possuir R&G: máscara de mudança 1 frame/0.03 segundos, 4 programações;

Possuir faixa de inclinação: +/- 10o acima / abaixo de forma de linha horizontal de projeção;

Possuir função entra em modo stand by após, no máximo, 10 minutos de inatividade;

Possuir alimentação bivolt automático;

Permite fácil troca da lâmpada;

Possuir possibilidade de acomodação em prateleira da coluna pantográfica.

Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;

Garantia integral de 12 meses;

Transporte e instalação pré-agendada inclusa;

Treinamento para os usuários.



4.13 **REFRATOR DE GREENS:** aparelho manual de teste de refração subjetiva, adaptável em coluna pantográfica.

Miopia: 0 a -19.00d em passos de 0.25d (passos de 0.12d) hipermetropia: 0 a +16.75d em passos de 0.25d (passos de 0.12d) astigmatismo: 0 a -6.00d (-8.00d) com lente auxiliar em passos de 0.25d (passos de 0.12d) cilindro cruzado: $\pm 0.25d$ ($\pm 0.37d$ e \pm opcional);
Foria e vergência: 20da 0 a 20 d por 1 d passo interno 40 d externo 40 d (50 d) ascendente e descendente 40 d (46 d)

Possuir suporte para fixação de tabelas para visão de perto;

Possuir teste de visão próxima: os eixos ópticos principais de ambas as lentes convergem-se através do mecanismo de inclinação a 40 cm a frente dos olhos a 64 mm d.p. Se o d.p. Para visão à distância for menor que 54 mm, a operação convergente cessa. Teste de equilíbrio binocular: prisma rotatório e métodos de lentes polarizadas d.p.: 48 a 75mm por passo de 1mm ajuste: acima de 4.5° para direito e esquerdo peso até 4.5 kg;

Possuir ajustes e movimentos de troca de lentes suaves com paradas e centralização precisas;

Possuir eixos deslizantes sob buchas de bronze;

Possuir disco de suportes das lentes em metal;

Possuir engrenagens em metal.

Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;

Garantia integral de 12 meses;

Transporte e instalação pré-agendada inclusa;

4.14 **TONÔMETRO DE SOPRO**, equipamento de mesa para medição da pressão intraocular:

Possuir monitor integrado ao aparelho de aproximadamente 05 polegadas, para medição e alinhamento ocular, com no mínimo 3 medições por olho com emissão de nota de qualidade da medição;

Possuir comandos do painel por toque na tela para controle com funções de: impressão, ajustes, movimento do cursor; data e hora; com impressora; faixa de medição manual/automático em torno de 7 a 60 MMHG, distância de trabalho de aproximadamente 11 mm (ajuste automático);

Possuir conexão para computador através de saída RS 232;

Possuir alimentação: bivolt (100 a 240 v, 50/60 Hz) automático;

Possuir pressão intraocular corneana compensada;

Possuir comando para transferir dados do exame via portal USB diretamente para computador;

Possuir medições precisar com a biomecânica da córnea comprometida por diversas doenças ou cirurgia;

Possuir mesa para colocação do tonômetro de sopro, com sistema de elevação elétrica e botão liga/desliga na mesa, com tomada apropriada para o tonômetro, com altura de elevação compreendida entre 670 a 850 mm, provido de pés reguláveis e coluna na parte central e alimentação elétrica bivolt (100 a 240 v, 50/60 Hz) ou ajustável através de chave seletora;

Possuir capacidade de suportar peso mínimo de 13 kg e máximo de 21 kg.

Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;

Garantia integral de 12 meses;

Transporte e instalação pré-agendada inclusa;

Treinamento para os usuários.



Processo:7831/2023	Página: 845	Rubrica:
--------------------	-------------	----------

4.15 **LENTE DE 20D**, lente para oftalmoscopia binocular indireta. Magnificação da imagem: 2.97X. Fator de magnificação do laser: 0,34x. Campo de Visão Estático: 50°. Distância de trabalho medido da córnea: 47 mm. Abertura: 48 mm. Imagem de alta resolução. Clara.

4.16 **LENTE DE 78D** - Lente para biomicroscopia de fundo. Imagem de alta resolução. Campo de visão estático de 88°. Aumento de visão de 0.98x. Clara.

4.17 **RÉGUAS DE LENTES PARA ESQUIASCOPIA** , Conjunto de régua para retinoscopia Tipo Luneau, sendo uma positiva e uma negativa com diversas lentes convexas e côncavas, com capa de proteção. 16 lentes por régua. Medidas: ± 0.50/ 1.00/ 1.50/ 2.00/ 2.50/ 3.00/ 3.50/ 4.00/ 4.50/ 5.00/ 6.00/ 7.00/ 8.00/ 9.00/ 10.00/ 12.00/ 15.00 D.

4.18 **RETINOSCOPIO**, deve possuir sistema de foco externo com rotação contínua; filtro polarizador linear cruzado; cartões de alvo magnéticos para retinoscopia dinâmica; focalização e rotação de 360° da fenda; iluminação 3.5 v a bateria ou elétrica; composto de: 01 cabeça de retinoscópio; 01 cabo recarregável; 01 carregador de mesa; 01 lâmpada 3.5v e 01 estojo de proteção. a empresa vencedora deverá apresentar o registro do equipamento na Anvisa.

4.19 **CICLOPENTOLATO 1%** solução oftalmológica em frasco de no mínimo 5 ml – 1 frasco mensal, com validade superior a 12 meses, a contar da data de seu entrega.

4.20 **OXIBUPROCAÍNA 4MG/ML** Solução oftalmológica de no mínimo 10ml – 3 frascos mensais, com validade superior a 12 meses, a contar da data de seu entrega.

4.21 **FLUORESCEÍNA SÓDICA 1%** solução oftalmológica em frasco de no mínimo 5 ml- 3 frascos mensais, com validade superior a 12 meses, a contar da data de seu entrega.

4.22 **TROPICAMIDA 1%** solução oftalmológica em frasco de no mínimo 5 ml- 3 frascos mensais com validade superior a 12 meses, a contar da data de seu entrega.

5. JUSTIFICATIVA

5.1. A aquisição de equipamentos oftalmológicos justifica-se em razão dos seguintes fatores:

5.3 A modernização dos equipamentos oftalmológicos do Centro de Especialidades João Arruda, visa proporcionar melhor atendimento aos usuários e ainda propiciar aos profissionais que realizem uma boa prática médica, visando a prevenção e cuidados com a saúde ocular.



5.4 A aquisição dos equipamentos e insumos oftalmológicos é de caráter essencial e indispensável a boa e plena execução dos serviços/ atendimentos oftalmológicos, ora realizados de forma usual e corriqueira no Centro de Especialidades João Arruda, vislumbrando sempre os princípios da legalidade, economicidade e celeridade.

5.5 Em tela justifica-se, pois evita a realização de várias pequenas contratações separadas ao longo do ano, o que demandaria mais custos processuais ao Órgão, além do risco de incorrer em fracionamento de despesa. A ata também possibilita o atendimento das demandas de forma mais célere do que se a cada evento fosse necessário iniciar um novo processo de contratação. Assim, as demandas do Órgão podem ser atendidas com muito mais eficiência.

5.6 O plano de contratações anual foi exigido através do Decreto Municipal nº 2457/2023, porém ainda não foi publicado.

6. REGIME DE EXECUÇÃO OU FORNECIMENTO

6.1. O regime de execução do objeto deste Termo de Referência será empreitada por preço global, conforme especificações constantes no presente Termo de Referência.

7. MODO DE DISPUTA

7.1 O modo de disputa será modo de disputa fechado e aberto.

8. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA.

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICO, com a adoção do critério de julgamento pelo menor preço por lote.

8.2 A proposta, que compreende a descrição do serviço ofertado pelo licitante, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com as especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos.

8.3 Descrição do serviço observadas as mesmas especificações constantes do Termo de Referência, de forma clara e específica, descrevendo detalhadamente as características do serviço ofertado, bem como preços unitários e total detalhados em planilha composição de custo.

8.3 O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

8.4 O pregoeiro poderá negociar com os licitantes a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de obter preço ainda melhor, observado o critério de julgamento.

8.5 Não serão aceitas propostas com valores incompatíveis com os estimados para aquisição ou contratação, analisando-se como limite máximo tanto o preço global quanto os preços unitários.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO



Processo:7831/2023	Página: 847	Rubrica:
--------------------	-------------	----------

9.1 É fundamental que a empresa contratada esteja em conformidade com a legislação vigente e possua todas as licenças e autorizações necessárias para a realização do sistema trabalhistas e operacionais.

9.2 A empresa contratada deve possuir experiência comprovada na prestação de serviços de fornecimento de equipamento e insumo oftalmológico a unidade de saúde.

9.3 A contratada deve ser capaz de atender a unidade e a demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

9.4 A empresa contratada deverá, durante a vigência do Contrato, realizar a Manutenção Evolutiva: atendendo a legislação e apontamentos de melhoria.

9.5 Os bens deverão ser entregues no endereço previsto na ordem de fornecimento, em remessa única. Serão entregues no almoxarifado e instalação será executada conforme endereços (Item 14.3.1) de 2ª a 6ª feira das 7h às 16h de (dias úteis). Sempre com acompanhamento da fiscalização

9.6 Estará disposto na recepção uma pesquisa de satisfação para avaliarmos as consultas com novos equipamentos.

10. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

10.1. A execução do objeto deste Termo de Referência seguirá a seguinte dinâmica:

10.2 DA GARANTIA DO EQUIPAMENTO:

10.2.1 O período de garantia dos equipamentos deverá ser conforme estabelecido, contados a partir da data de emissão do comprovante de recebimento definitivo;

10.2.2 A licitante vencedora deverá fornecer garantia das instalações por 12 (doze) meses, independente da garantia fornecida pelo fabricante dos equipamentos;

10.2.3 A garantia abrange todos os equipamentos e os serviços de sua instalação, devendo a contratada solucionar no prazo de 48 horas qualquer falha no funcionamento dos sistemas instalados.

10.2.4 A empresa fornecedora dos equipamentos será responsável durante a garantia pela substituição, troca ou reposição dos equipamentos e/ou peças caso apresentem defeitos, avarias ou incompatibilidade com as especificações deste Termo de Referência.

10.2.5 No período da garantia deverá ser prestada assistência técnica manutenção corretiva a fim de manter os equipamentos em perfeitas condições de uso, sem ônus adicionais para a SMS.



10.2.6 A assistência técnica deverá solucionar a ocorrência, após sua abertura pela SMS, entre 8h e 17h, de segunda a sexta feira, em até 10(dez) dias, ao final dos quais, caso não tenha sido solucionado, deverá ser substituído por equipamento idêntico ou superior.

10.3 INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO:

10.3.1 A instalação do equipamento é de responsabilidade da Contratada e de obedecer e seguir rigorosamente o manual do fabricante, e conforme nomas da ABNT.

10.3.2 A contratada deverá disponibilizar um efetivo operacional, composto por uma equipe de supervisão técnica.

10.4 DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E AFINS

10.4.1 A realização da instalação elétrica predial serão executadas pela Secretaria contratante a fim de dar celeridade nos procedimentos e redução de custos da contratação, já que a prefeitura dispõe de eletricista capacitado para essa função.

10.4.4 O prazo de entrega será em até 10 (dez) dias, a contar da data da assinatura do contrato. E o prazo total para execução dos serviços de instalação dos equipamentos após a devida aquisição será de até 15(quinze) dias corridos.

10.5 DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

10.5.1 CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

A) AUTOREFRATOR, com ceratômetro, para realização de exames oftalmológicos;

Permitir a realização de exames de refração e ceratometria, de forma independente ou combinada;

Deve possuir no mínimo os modos: 3.1. REF (refratometria), 3.2. KER (ceratometria), 3.3. K/R (refração e ceratometria), 3.4. CLBC (curva base de lente de contato);

Possuir tela LCD com no mínimo 5.7 polegadas;

Possuir apoio de queixo e testa com ajuste de posicionamento;

Possuir freio da movimentação XY, com liberação rápida;

Possuir impressora térmica integrada ao equipamento com, no mínimo, 5 bobinas de papel;

Características básicas de medição:

Refração:

Dioptria {esférico}: -20,00/+20,00d, escala de medição: 0,12d ou 0,25d;

Dioptria {cilíndrico}: -10,00/+10,00d, escala de medição: 0,12d ou 0,25d;

Distância vertex: 0,00mm; 12,00mm; 13,75mm e 15,00mm; podendo variar +- 0,25mm;

Eixo: 0° a 180°, com intervalo de 1°;

Distância interpupilar: 10 - 85mm;

Diâmetro mínimo pupila: 2,2mm.



Ceratometria:

Raio de curvatura: 5 a 10 mm;

Escala de medição: 0,01mm;

Refração de córnea: 33,75/+67,00d, escala de medição: 0,12d ou 0,25d;

Astigmatismo de córnea: 0,00d/-10,00d, escala de medição: 0,12d ou 0,25d;

Eixo: 0° a 180°, com intervalo de 1°.

Possuir tensão de entrada bivolt;

Possuir terminal de transporte de dados RS232 e/ou USB;

Possuir no mínimo os seguintes acessórios:

Mesa elétrica;

Demais acessórios necessários para o correto funcionamento do equipamento e de suas especificações supracitadas;

Deve possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;

Garantia integral de 12 meses;

Transporte e instalação pré-agendada inclusa;

Treinamento para os usuários.

B) CADEIRA OFTALMOLÓGICA, construída em aço, pintada com tinta epoxi, elétrica, com isolamento de borracha encosto reclinável com mola;

Possuir cabeceira reclinável e escamoteável;

Possuir movimento de encosto e perneira elétrico simultâneo, atingindo posição final horizontalizada;

Possuir apoio do braço direito escamoteável e com trava espuma injetada e recoberta com courvin;

Possuir alimentação 110/220 volts, selecionável;

Possuir sistema de elevação elétrico (sem óleo);

Possuir acionamento por pedal e comando lateral base com pés reguláveis para melhor ajuste ao piso;

Possuir com capacidade de suportar até 150 kg;

Apresentar manual de utilização/operação do equipamento em português;

Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;

Garantia integral de 12 meses;

Transporte e instalação pré-agendada inclusa;

Treinamento para os usuários.

C) COLUNA OFTALMOLÓGICA, construída em aço com pintada em tinta epoxi:

Possuir braço pantográfico balanceado, com ajuste longitudinal;

Possuir braço com bandeja em fôrmica;

Possuir Base com pés reguláveis, para melhor ajuste ao piso;

Possuir foco de luz:

Em braço articulado em metal;

Iluminação com lâmpada LED, com controle de intensidade de luz (DIMMER);

Deve vir com braço para projetor com bandeja;

Possuir controles:

Chave geral com indicação visual;



Intensidade do foco de luz;
Liga/desliga projetor (ou outro instrumento);
Alimentação 110/220 volts selecionável.
Apresentar manual de utilização/operação do equipamento em português;
Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;
Garantia integral de 12 meses;
Transporte e instalação pré-agendada inclusa;
Treinamento para os usuários.

D) **LÂMPADA DE FENDA**, biomicroscópio, tipo estereoscópico com tonômetro de aplanação fixo/ articulado tipo GOLDMANN.

Possuir seletor de ampliação 2 passos por rotação de lente;
Possuir ocular () opção 10x, (16x);
Possuir raio de aumento 10x, 16x, (16x, 25.6x) mínimos;
Possuir alavanca totalmente em metal;
Possuir campo de visão 18, 14.5 (11.25,9);
Possuir juste pupilar (mm) 55 a 77 mínimos ajuste de dioptria - 5 a +3 mínimo:
Iluminação da fenda:
Possuir aumento da projeção da fenda 1.23x;
Possuir largura da fenda (mm) 0 a 14 ajustáveis;
Possuir comprimento da fenda (mm) 1,2,3,5,8,10,14;
Possuir abertura do diâmetro (mm) 1,2,3,5,8,10,14;
Possuir direção da fenda podendo ser alterada gradualmente;
Possuir ângulo da fenda 180°;
Possuir inclinação da fenda 5 a 20°;
Possuir filtros azul cobalto, vermelho;
Possuir iluminação por lâmpada halógena 6 v, mínimo 20 w.
Base:
Possuir movimento mínimo longitudinal 90(mm);
Possuir movimento mínimo lateral 100 (mm);
Possuir movimento vertical mínimo 30(mm);
Possuir movimento fino em todas as direções mínimo 12 mm;
Possuir movimentos verticais da queixeira mínimo de 80 mm;
Possuir alvo de fixação luminoso com ajuste de dioptria por LED vermelho ou lâmpada branca;
Possuir ainda mesa elétrica motorizada em 110 v/220 v.
Possuir alimentação, entrada (primária), frequência e saída (secundária) AC 5.5v, 6.3v;
Possuir tamanho 550x370 (modelo de mesa);
Deve acompanhar mesa com as seguintes características e acessórios:
Capa protetora, Base suporte da mesa construída em aço, pintada com tinta EPOXI;
Sistema de elevação elétrico;
Ajuste preciso de altura;
Tomada para lâmpada de fenda;
Capacidade de carga de 50 kg;
Altura mínima/máxima (780/980 mm);
Tampo revestido em fórmica com gaveta;
Pés reguláveis;
Coluna lateral;
Alimentação 110/220 volts, selecionável.
Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;



Garantia integral de 12 meses;
Transporte e instalação pré-agendada inclusa;
Treinamento para os usuários.

E) **LENSÔMETRO:** aparelho manual:

Possuir escala de medição: -20d ~ +20d em média
Possuir eixo do cilindro: 0° ~ 180°, prisma: 0 ~ 5 Δ, regulagem da ocular: ±5 d, tamanho da lente: ø 16 ~ 80 mm forma de leitura: cruz de malta;
Possuir iluminação: LED, tensão: bivolt (110 v ~ 220 v), lente indireta oftalmológica 20d, raio - 2,97x (± 5%);
Possuir distância de trabalho: 47 mm (± 5%), abertura: 48 mm (± 5%) fov: 50 (no mínimo);
Possuir dimensão (diâmetro): 56 x 20 mm (± 10%).
Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;
Garantia integral de 12 meses;
Transporte e instalação pré-agendada inclusa;
Treinamento para os usuários.

F) **MESA OFTALMOLÓGICA:** possuir sistema elétrico de elevação e descida, movimentos suaves, ajuste preciso de altura e capacidade aproximada de 50 kg. Possuir ainda perfeita estabilidade, apoio de gabinete regulável de acordo com o desnível do piso, tampa da mesa em laminado melamínico plástico de aproximadamente 60 x 50 cm e coluna central ou lateral com base emborrachada. Alimentação 110/220 v (selecionável), 60 Hz.

Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;
Garantia integral de 12 meses;
Transporte e instalação pré-agendada inclusa;
Treinamento para os usuários.

G) **OFTALMOSCÓPIO BINOCULAR INDIRETO:**

Iluminação:

Possuir feixe luminoso constante;
Possuir iluminação a LED;
Possuir fonte luminosa LED de, no mínimo, 2,38w;
Possuir intensidade luminosa mínima de 1200 lux;
Possuir a possibilidade de controlar a posição de controle da iluminação no capacete.

Lente:

Possuir lentes e espelhos em vidro óptico;
Possuir filmes anti-reflexos;
Possuir filtros verde e azul.
Unidade De Observação:
Possuir distância de trabalho 300 – 450 mm;
Possuir distância pupilar 49 – 74 mm;
Possuir SPOT em três tamanhos diferentes, sendo um deles ajustáveis;
Possuir peso máximo de 650 gramas

Carregador de bateria:

Possuir tensão de entrada 110-220 v;
Possuir bateria recarregável de alta duração.

Tipo Do Cabo E Dimensão:

USB.

Acessório:



Possuir maleta de transporte.
Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;
Garantia integral de 12 meses;
Transporte e instalação pré-agendada inclusa;
Treinamento para os usuários.

D) PROJETOR OPTÓTIPOS, Optótipos para acuidade visual.

Possuir projeção silenciosa;
Possuir jogo de slides completo para alfabetizados, analfabetos, crianças, idosos e daltônicos;
Possuir Slide completo com 39 figuras, com apenas 1 linha de elementos em cada slide, sendo no mínimo: 10 slides de letras, 10 de números, 10 de SNELLINGS, de figuras.
Possuir controle remoto sem fio;
Possuir microprocessador;
Possuir iluminação halógena;
Possuir 01 (uma) lâmpada reserva;
Possuir filtros:
Verde-vermelho;
Possuir Slide para astigmatismo;
Possuir ponto de fixação;
Possuir distância de projeção aproximada de 3 a 7 metros com zoom;
Possuir distância de refração aproximada: 3 a 6 metros;
Possuir ampliação de projeção: 30x (em refração de 5 metros);
Possuir número de máscaras: aberto 1, linha horizontal 5, linha vertical 8, isolamento simples 21;
Possuir R&G: máscara de mudança 1 frame/0.03 segundos, 4 programações;
Possuir faixa de inclinação: +/- 10o acima / abaixo de forma de linha horizontal de projeção;
Possuir função entra em modo stand by após, no máximo, 10 minutos de inatividade;
Possuir alimentação bivolt automático;
Permite fácil troca da lâmpada;
Possuir possibilidade de acomodação em prateleira da coluna pantográfica.
Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;
Garantia integral de 12 meses;
Transporte e instalação pré-agendada inclusa;
Treinamento para os usuários.

E) REFRACTOR DE GREENS: aparelho manual de teste de refração subjetiva, adaptável em coluna pantográfica.

Miopia: 0 a -19.00d em passos de 0.25d (passos de 0.12d) hipermetropia: 0 a +16.75d em passos de 0.25d (passos de 0.12d) astigmatismo: 0 a -6.00d (-8.00d) com lente auxiliar em passos de 0.25d (passos de 0.12d) cilindro cruzado: $\pm 0.25d$ ($\pm 0.37d$ e \pm opcional);
Foria e vergência: 20da 0 a 20 d por 1 d passo interno 40 d externo 40 d (50 d) ascendente e descendente 40 d (46 d)
Possuir suporte para fixação de tabelas para visão de perto;
Possuir teste de visão próxima: os eixos ópticos principais de ambas as lentes convergem-se através do mecanismo de inclinação a 40 cm a frente dos olhos a 64 mm d.p. Se o d.p. Para visão à distância for menor que 54 mm, a operação convergente cessa. Teste de equilíbrio



Processo:7831/2023	Página: 853	Rubrica:
--------------------	-------------	----------

binocular: prisma rotatório e métodos de lentes polarizadas d.p.: 48 a 75mm por passo de 1mm
ajuste: acima de 4.5° para direito e esquerdo peso até 4.5 kg;
Possuir ajustes e movimentos de troca de lentes suaves com paradas e centralização precisas;
Possuir eixos deslizantes sob buchas de bronze;
Possuir disco de suportes das lentes em metal;
Possuir engrenagens em metal.
Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;
Garantia integral de 12 meses;
Transporte e instalação pré-agendada inclusa;

F) TONÔMETRO DE SOPRO, equipamento de mesa para medição da pressão intraocular:

Possuir monitor integrado ao aparelho de aproximadamente 05 polegadas, para medição e alinhamento ocular, com no mínimo 3 medições por olho com emissão de nota de qualidade da medição;
Possuir comandos do painel por toque na tela parra controle com funções de: impressão, ajustes, movimento do cursor; data e hora; com impressora; faixa de medição manual/automático em torno de 7 a 60 MMHG, distância de trabalho de aproximadamente 11 mm (ajuste automático);
Possuir conexão para computador através de saída RS 232;
Possuir alimentação: bivolt (100 a 240 v, 50/60 Hz) automático;
Possuir pressão intraocular corneana compensada;
Possuir comando para transferir dados do exame via portal USB diretamente para computador;
Possuir medições precisar com a biomecânica da córnea comprometida por diversas doenças ou cirurgia;
Possuir mesa para colocação do tonômetro de sopro, com sistema de elevação elétrica e botão liga/desliga na mesa, com tomada apropriada para o tonômetro, com altura de elevação compreendida entre 670 a 850 mm, provido de pés reguláveis e coluna na parte central e alimentação elétrica bivolt (100 a 240 v, 50/60 Hz) ou ajustável através de chave seletora;
Possuir capacidade de suportar peso mínimo de 13 kg e máximo de 21 kg.
Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;
Garantia integral de 12 meses;
Transporte e instalação pré-agendada inclusa;
Treinamento para os usuários.

G) LENTE DE 20D, lente para oftalmoscopia binocular indireta. Magnificação da imagem: 2.97X. Fator de magnificação do laser: 0,34x. Campo de Visão Estático: 50°. Distância de trabalho medido da córnea: 47 mm. Abertura: 48 mm. Imagem de alta resolução. Clara.

H) LENTE DE 78D - Lente para biomicroscopia de fundo. Imagem de alta resolução. Campo de visão estático de 88°. Aumento de visão de 0.98x. Clara.

I) RÉGUAS DE LENTES PARA ESQUIASCOPIA, Conjunto de réguas para retinoscopia Tipo Luneau, sendo uma positiva e uma negativa com diversas lentes convexas e côncavas, com capa de proteção. 16 lentes por régua. Medidas: ± 0.50/ 1.00/ 1.50/ 2.00/ 2.50/ 3.00/ 3.50/ 4.00/ 4.50/ 5.00/ 6.00/ 7.00/ 8.00/ 9.00/ 10.00/ 12.00/ 15.00 D.



J)RETINOSCOPIO, deve possuir sistema de foco externo com rotação contínua; filtro polarizador linear cruzado; cartões de alvo magnéticos para retinoscopia dinâmica; focalização e rotação de 360° da fenda; iluminação 3.5 v a bateria ou elétrica; composto de: 01 cabeça de retinoscópio; 01 cabo recarregável; 01 carregador de mesa; 01 lâmpada 3.5v e 01 estojo de proteção. a empresa vencedora deverá apresentar o registro do equipamento na Anvisa.

K)CICLOPENTOLATO 1% solução oftalmológica em frasco de no mínimo 5 ml – 18 frascos mensal, com validade superior a 12 meses, a contar da data de seu entrega.

L)OXIBUPROCAÍNA 4MG/ML Solução oftalmológica de no mínimo 10ml – 18 frascos mensais, com validade superior a 12 meses, a contar da data de seu entrega.

M)FLUORESCEÍNA SÓDICA 1% solução oftalmológica em frasco de no mínimo 5 ml- 18 frascos mensais, com validade superior a 12 meses, a contar da data de seu entrega.

N)TROPICAMIDA 1% solução oftalmológica em frasco de no mínimo 5 ml- 18 frascos mensais com validade superior a 12 meses, a contar da data de seu entrega.

11. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

11.1 Não se aplica.

12.PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

12.1 Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua assinatura.

13. PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.1 Entregar no almoxarifado e instalar o equipamento no Centro de Especialidades João Arruda, no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, a partir da data de início da vigência do contrato, será de 12 (Doze) meses, contados a partir de sua assinatura do Contrato junto ao órgão municipal, considerando-se efetivamente instaladas as que estiverem em pleno funcionamento, sem restrição de uso.

13.2 Os equipamentos serão instalados nas dependências da unidade de saúde, em local indicado pela Fiscalização do Contrato.

13.3 A empresa vencedora deverá informar a SMS, por escrito, condições inadequadas encontradas ou iminência de ocorrências que possam prejudicar o perfeito funcionamento dos equipamentos previstos nestas especificações.

14. FORMA DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE RECEBIMENTO



14.1 Conforme Artigo 140 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, o objeto do presente contrato será recebido:

- a) Provisoriamente, pelo fiscal do contrato, imediatamente após a entrega do contrato.
- b) Definitivamente, dentro do prazo da data da instalação, após a verificação das condições estabelecidas neste Termo. O recebimento definitivo do objeto será declarado pelo fiscal no prazo máximo de 20 (trinta) dias corridos.

14.2 Entrega parcelada

14.2.1 Local de entrega

Os serviços deverão ser prestados no seguinte endereço, onde serão instalados os equipamentos.

NOME	ENDEREÇO	CEP	BAIRRO
ALMOXARIFADO	AVENIDA DEDO DE DEUS, 820	25.945-388	CANTAGALO

14.3 O prazo de entrega dos bens é de 07 (sete) dias úteis, contados da data do recebimento da Autorização de Fornecimento, concomitantemente a Nota de Empenho, em remessa única, e deverá ser realizada diretamente no Almojarifado, estabelecido a Avenida Dedo de Deus, número 820 Cantagalo Guapimirim — RJ.

14.3.1 Na impossibilidade de cumprir o prazo supra citado, a Contratante deverá ser informada no prazo máximo de 24 horas (vinte e quatro) que anteceda a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto com a devida comprovação.

14.3.2 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

14.3.3 Se, após o recebimento, constatar-se que o objeto foi executado em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a Fiscalização notificará por escrito a Contratada, ficando suspenso o pagamento até que seja sanada a irregularidade.



14.3.4O aceite/aprovação do objeto pela Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas neste termo.

14.3.5 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos de forma imediata, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

15. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

15.1 A avaliação da execução do objeto utilizará instrumento para aferição da qualidade da prestação dos serviços o disposto neste item.

15.1.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

15.1.1.1 não produzir os resultados acordados,

15.1.1.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

15.1.1.3 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

15.3 Liquidação

15.3.1 Recebida a Nota Fiscal ou fatura equivalente no Protocolo, localizado no



Edifício Sede da Prefeitura Municipal de Guapimirim, nº 1161, 1º andar, Cantagalo, Guapimirim, RJ, no horário entre 8:30h e 16:30h, e realizado seu atesto, correrá o prazo para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

15.3.1.1O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.4 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

15.4.1 o prazo de validade;

15.4.2 a data da emissão;

15.4.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

15.4.4 o período respectivo de execução do contrato;

15.4.5 o valor a pagar; e

15.4.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.5 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-seo prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

15.6 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de2021.

15.7 A Administração deverá realizar consulta à documentação para:
a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou



entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

15.8 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

15.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.10 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

15.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

16. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

16.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

16.1.1 Habilitação jurídica:

Exigências de habilitação

16.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

16.3 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

16.4 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

16.5 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

16.6 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



16.7 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

16.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

16.9 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

16.10 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

16.11 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

16.12 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto - Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

16.13 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

16.14 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

16.15 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

16.16 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

16.17 As certidões valerão por prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 180 (cento e oitenta) dias, contados da sua expedição;

Qualificação Econômico-Financeira

16.18 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

16.19 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as



exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

16.20 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art.69, §6º)

16.21 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

16.23 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

16.24 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnica-Operacional

16.25 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

17. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

17.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

17.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

17.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

17.4 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou a entidade poderá convocar representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

17.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

17.6 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

17.6.1 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as



Processo:7831/2023	Página: 861	Rubrica:
--------------------	-------------	----------

ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º;

17.6.2 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

17.6.3 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

17.6.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

17.6.5 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

17.6.6 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

17.6.7 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

17.8 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

17.9 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

17.9.1 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

17.9.2 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

17.9.3 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

17.10 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

17.11 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

17.12 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da



Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, desconformidade.

17.13 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

17.14 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

17.15 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

17.16 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

17.17 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

17.18 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

17.19 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer a CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas, devendo, inclusive, submetê-las à Contratada para ciência.

17.20 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

17.21 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

17.22 A fiscalização da contratação caberá a servidor (a) da Secretaria Municipal de Saúde indicado em ato próprio.

18 DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

18.1 Não haverá exigência de garantia da contratação.



19. DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

20. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

20.1 Compete à Contratada as seguintes as seguintes responsabilidades:

- 20.1.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusividade seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 20.1.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, quando aplicável;
- 20.1.3 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 20.1.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 20.1.5 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 20.1.6 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 20.1.7 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 20.1.8 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 20.1.9 Ser a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, Fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita execução do objeto contratual, entendendo-se como ônus tributários: pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições fiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo poder público;
- 20.1.10 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a Fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, ficando a obrigada a promover a devida restauração e/ou ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade;
- 20.1.11 Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela Fiscalização da Contratada;
- 20.1.12 Apresentar manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada
- 20.1.13 A Contratada deverá como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento e montagem dos equipamentos, mão-de-obra, necessário à boa e perfeita execução/ entrega dos mesmos;
- 20.1.14 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com



Processo:7831/2023	Página: 864	Rubrica:
--------------------	-------------	----------

os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

- 20.1.15 Substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, o produto com avarias ou defeitos;
- 20.1.16 A Contratada, deverá obrigatoriamente, fazer as instalações, e se necessário o treinamento dos operadores dos materiais e/ ou equipamentos;
- 20.1.17 As instalações dos equipamentos deverão ser realizadas, pela empresa contratada, não podendo ultrapassar 15 (Quinze) dias corridos;
- 20.1.18 A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes;
- 20.1.19 Os produtos deverão ter a garantia mínima de 12 (doze) meses ou a garantia do fornecedor, a contar do recebimento definitivo, podendo o fornecedor oferecer prazo superior ao acima mencionado, sem custo à Administração;
- 20.1.20 Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela Fiscalização da Contratada.

20.2 Compete a Contratante as seguintes responsabilidades:

- 20.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 20.2.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 20.2.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 20.2.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 20.2.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 20.2.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 20.2.7 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 20.2.8 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº14.133, de 2021, a contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à



Processo:7831/2023	Página: 865	Rubrica:
--------------------	-------------	----------

Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

21.2.1 Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

21.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

21.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.2.4 Multa:

21.2.4.1 moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

21.2.4.2 O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

21.2.4.3 Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 21.1, de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

21.2.4.4 Compensatória, para a inexecução total contrato prevista na alínea “c” do subitem 21.1, a multa será de 5% (cinco por cento) valor do Contrato.



21.2.4.5 Para infração descrita na alínea “b” do subitem 21.1, a multa será de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

21.2.4.6 Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 21.1, a multa será de 5% (cinco por cento) valor do Contrato.

21.2.4.7 Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 21.1, a multa será de 5% do valor do Contrato.

21.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

21.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

21.6.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

21.6.2 as peculiaridades do caso concreto;

21.6.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

21.6.4 os danos que dela provierem para o Contratante;

21.6.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



21.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

21.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

21.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

22. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. Equipamentos e Materiais Permanentes – 4490 5200

	Reduzido	Fonte
10.302.0058.1.002	330	01.704.99 / 1.635.00



22.2. Material de Consumo - 3390 3000

Programa de Trabalho	Reduzido	Fonte
10.302.0058.2.013	324	1.600.20 / 01.704.99 / 1.635.00

23. DO REAJUSTE

23.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

23.2 Após o interregno de um ano, aplicando-se o índice Nacional de preços ao consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

23.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

23.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

23.4.1 Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

23.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

23.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

23.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

23.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

24. CASOS DE EXTINÇÃO

24.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso



ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

24.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

24.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

24.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

24.3.2 poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

24.4 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

25. DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1 O presente Termo de Referência foi concebido com base na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto 2452/2023, e demais legislações pertinentes e nas premissas recomendadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro- TCE-RJ, além da literatura técnica disponível sobre o tema;

25.2 O TR ora apresentado é parte integrante da documentação de processo licitatório que tem por Contratante o Município de Guapimirim através da Secretaria Municipal de Saúde com vistas à prestação de serviços/fornecimento por parte de empresa Contratada, devidamente qualificada e que apresente o melhor preço e qualificação para execução do objeto.

25.3 A participação de empresas em regime de Consórcio é vedada, por não constituir a prática do mercado em contratações pertinentes ao objeto do presente TR, como também, considerando a baixa complexidade técnica da contratação.

25.4 A proposta, que compreende a descrição do serviço ofertado pelo licitante, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com as especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos.

25.5 Descrição do serviço observadas as mesmas especificações constantes do Termo de Referência, de forma clara e específica, descrevendo detalhadamente as características do serviço ofertado, bem como preços unitários e total detalhados em planilha composição de custo.

Aprovo o presente Termo de Referência, que constitui peça integrante e inseparável da



respectiva contratação.

ANEXO I- ESPECIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

ANEXO III – UNIDADE DE SAÚDE

ANEXO IV – PESQUISA DE SATISFAÇÃO

Guapimirim, 21 de março de 2024.

Elaborado por: Leandra Pinheiro Ferreira Assistente Administrativo Matrícula: 116254.23	De acordo: Natalício Correa da Silva Secretário Municipal de Saúde Matrícula: 1368367.12
--	---

ANEXO I- ESPECIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

Todos os equipamentos deveram seguir as especificações técnicas descritas a baixo:

LOTE 1				
ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNIDADE DE MEDIDA
01	AUTOREFRATOR, com ceratômetro, para realização de exames oftalmológicos	Permitir a realização de exames de refração e ceratometria, de forma independente ou combinada; Deve possuir no mínimo os modos: 3.1. REF (refratometria), 3.2. KER (ceratometria), 3.3. K/R (refração e ceratometria), 3.4. CLBC (curva base de lente de contato); Possuir tela LCD com no mínimo 5.7 polegadas; Possuir apoio de queixo e testa com ajuste de posicionamento; Possuir freio da movimentação XY, com liberação rápida; Possuir impressora térmica integrada ao equipamento com, no mínimo, 5 bobinas de papel; Características básicas de medição: Refração:	02	UND



- Dioptria {esférico}: - 20,00/+20,00d, escala de medição: 0,12d ou 0,25d;
- Dioptria {cilíndrico}: - 10,00/+10,00d, escala de medição: 0,12d ou 0,25d;
- Distância vertex: 0,00mm; 12,00mm; 13,75mm e 15,00mm; podendo variar +- 0,25mm;
- Eixo: 0° a 180°, com intervalo de 1°;
- Distância interpupilar: 10 - 85mm;
- Diâmetro mínimo pupila: 2,2mm.

Ceratometria:

- Raio de curvatura: 5 a 10 mm;
- Escalas de medição: 0,01mm;
- Refração de córnea: 33,75/+67,00d, escala de medição: 0,12d ou 0,25d;
- Astigmatismo de córnea: 0,00d/-10,00d, escala de medição: 0,12d ou 0,25d;
- Eixo: 0° a 180°, com intervalo de 1°.

Possuir tensão de entrada bivolt;

Possuir terminal de transporte de dados RS232 e/ou USB;

Possuir no mínimo os seguintes acessórios:

- Mesa elétrica;
- Demais acessórios necessários para o correto funcionamento do equipamento e de



		<p>suas especificações supracitadas;</p> <p>Deve possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;</p> <p>Garantia integral de 12 meses;</p> <p>Transporte e instalação pré-agendada inclusa;</p> <p>Treinamento para os usuários.</p>		
02	CADEIRA OFTALMOLÓGICA, construída em aço, pintada com tinta epoxi, elétrica, com isolamento de borracha encosto reclinável com mola	<p>Possuir cabeceira reclinável e escamoteável;</p> <p>Possuir movimento de encosto e perneira elétrico simultâneo, atingindo posição final horizontalizada;</p> <p>Possuir apoio do braço direito escamoteável e com trava espuma injetada e recoberta com courvin;</p> <p>Possuir alimentação 110/220 volts, selecionável;</p> <p>Possuir sistema de elevação elétrico (sem óleo);</p> <p>Possuir acionamento por pedal e comando lateral base com pés reguláveis para melhor ajuste ao piso;</p> <p>Possuir com capacidade de suportar até 150 kg;</p> <p>Apresentar manual de utilização/operação do equipamento em português;</p> <p>Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;</p> <p>Garantia integral de 12 meses;</p> <p>Transporte e instalação pré-agendada inclusa;</p> <p>Treinamento para os usuários.</p>	02	UND
03	COLUNA OFTALMOLÓGICA, construída em aço e pintada em tinta epoxi:	<p>Possuir braço pantográfico balanceado, com ajuste longitudinal;</p> <p>Possuir braço com bandeja em fórmica;</p> <p>Possuir Base com pés reguláveis, para melhor ajuste ao piso;</p> <p>Possuir foco de luz:</p>	02	UND



		<ul style="list-style-type: none">• Em braço articulado em metal;• Iluminação com lâmpada LED, com controle de intensidade de luz (DIMMER);• Deve vir com braço para projetor com bandeja; <p>Possuir controles:</p> <ul style="list-style-type: none">• Chave geral com indicação visual;• Intensidade do foco de luz;• Liga/desliga projetor (ou outro instrumento);• Alimentação 110/220 volts selecionável. <p>Apresentar manual de utilização/operação do equipamento em português;</p> <p>Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;</p> <p>Garantia integral de 12 meses;</p> <p>Transporte e instalação pré-agendada inclusa;</p> <p>Treinamento para os usuários.</p>		
04	LÂMPADA DE FENDA, biomicroscópio, tipo estereoscópico com tonômetro de aplanção fixo/ articulado tipo GOLDMANN.	<p>Possuir seletor de ampliação 2 passos por rotação de lente;</p> <p>Possuir ocular () opção 10x, (16x);</p> <p>Possuir raio de aumento 10x, 16x, (16x, 25.6x) mínimos;</p> <p>Possuir alavanca totalmente em metal;</p> <p>Possuir campo de visão 18, 14.5 (11.25,9);</p> <p>Possuir juste pupilar (mm) 55 a 77 mínimos ajuste de dioptria - 5 a +3 mínimo;</p> <p>Iluminação da fenda:</p> <ul style="list-style-type: none">• Possuir aumento da	02	UND



projeção da fenda 1.23x;

- Possuir largura da fenda (mm) 0 a 14 ajustáveis;
- Possuir comprimento da fenda (mm) 1,2,3,5,8,10,14;
- Possuir abertura do diâmetro (mm) 1,2,3,5,8,10,14;
- Possuir direção da fenda podendo ser alterada gradualmente;
- Possuir ângulo da fenda 180°;
- Possuir inclinação da fenda 5 a 20°;
- Possuir filtros azul cobalto, vermelho;
- Possuir iluminação por lâmpada halógena 6 v, mínimo 20 w.

Base:

- Possuir movimento mínimo longitudinal 90(mm);
- Possuir movimento mínimo lateral 100 (mm);
- Possuir movimento vertical mínimo 30(mm);
- Possuir movimento fino em todas as direções mínimo 12 mm;
- Possuir movimentos verticais da queixeira mínimo de 80 mm;
- Possuir alvo de fixação luminoso com ajuste de dioptria por LED vermelho ou lâmpada branca;
- Possuir ainda mesa elétrica motorizada em 110 v/220 v.



		<p>Possuir alimentação, entrada (primária), frequência e saída (secundária) AC 5.5v, 6.3v;</p> <p>Possuir tamanho 550x370 (modelo de mesa);</p> <p>Deve acompanhar mesa com as seguintes características e acessórios:</p> <ul style="list-style-type: none">• Capa protetora, Base suporte da mesa construída em aço, pintada com tinta EPOXI;• Sistema de elevação elétrico;• Ajuste preciso de altura;• Tomada para lâmpada de fenda;• Capacidade de carga de 50 kg;• Altura mínima/máxima (780/980 mm);• Tampo revestido em fórmica com gaveta;• Pés reguláveis;• Coluna lateral;• Alimentação 110/220 volts, selecionável. <p>Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;</p> <p>Garantia integral de 12 meses;</p> <p>Transporte e instalação pré-agendada inclusa;</p> <p>Treinamento para os usuários</p>		
05	Lensômetro: aparelho manual	<p>Possuir escala de medição: -20d ~ +20d em média</p> <p>Possuir eixo do cilindro: 0° ~ 180°, prisma: 0 ~ 5 Δ, regulagem da ocular: ±5 d, tamanho da lente: ø 16 ~ 80 mm forma de leitura: cruz de malta;</p> <p>Possuir iluminação: LED, tensão: bivolt (110 v ~ 220 v), lente indireta</p>	02	UND



Processo:7831/2023	Página: 876	Rubrica:
--------------------	-------------	----------

		<p>oftalmológica 20d, raio - 2,97x (\pm 5%);</p> <p>Possuir distância de trabalho: 47 mm (\pm 5%), abertura: 48 mm (\pm 5%) fov: 50 (no mínimo);</p> <p>Possuir dimensão (diâmetro): 56 x 20 mm (\pm 10%).</p> <p>Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;</p> <p>Garantia integral de 12 meses;</p> <p>Transporte e instalação pré-agendada inclusa;</p> <p>Treinamento para os usuários.</p>		
06	<p>MESA OFTALMOLÓGICA: possuir sistema elétrico de elevação e descida, movimentos suaves, ajuste preciso de altura e capacidade aproximada de 50 kg. Possuir ainda perfeita estabilidade, apoio de gabinete regulável de acordo com o desnível do piso, tampa da mesa em laminado melamínico plástico de aproximadamente 60 x 50 cm e coluna central ou lateral com base emborrachada. Alimentação 110/220 v (selecionável), 60 Hz.</p>	<p>Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;</p> <p>Garantia integral de 12 meses;</p> <p>Transporte e instalação pré-agendada inclusa;</p> <p>Treinamento para os usuários.</p>	02	UND
07	<p>OFTALMOSCÓPIO BINOCULAR INDIRETO</p>	<p>Iluminação:</p> <ul style="list-style-type: none">• Possuir feixe luminoso constante;• Possuir iluminação a LED;• Possuir fonte luminosa LED de, no mínimo, 2,38w;• Possuir intensidade luminosa mínima de 1200 lux;• Possuir a possibilidade de controlar a posição de controle da iluminação no capacete. <p>Lente:</p> <ul style="list-style-type: none">• Possuir lentes e espelhos em vidro óptico;• Possuir filmes anti-reflexos;	02	UND



		<ul style="list-style-type: none">• Possuir filtros verde e azul. Unidade De Observação: <ul style="list-style-type: none">• Possuir distância de trabalho 300 – 450 mm;• Possuir distância pupilar 49 – 74 mm;• Possuir SPOT em três tamanhos diferentes, sendo um deles ajustáveis;• Possuir peso máximo de 650 gramas Carregador de bateria: <ul style="list-style-type: none">• Possuir tensão de entrada 110-220 v;• Possuir bateria recarregável de alta duração. <ul style="list-style-type: none">• Tipo Do Cabo E Dimensão: <ul style="list-style-type: none">• USB. Acessório: <ul style="list-style-type: none">• Possuir maleta de transporte. Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA; Garantia integral de 12 meses; Transporte e instalação pré-agendada inclusa; Treinamento para os usuários.		
08	PROJETOR OPTÓTIPOS, Optótipos para acuidade visual.	Possuir projeção silenciosa; Possuir jogo de slides completo para alfabetizados, analfabetos, crianças, idosos e daltônicos; Possuir Slide completo com 39 figuras, com apenas 1 linha de elementos em cada slide, sendo no mínimo: 10 slides de letras, 10 de números, 10 de SNELLINGS, De figuras. Possuir controle remoto sem fio; Possuir microprocessador; Possuir iluminação halógena; Possuir 01 (uma) lâmpada reserva; Possuir filtros: Verde-vermelho; Possuir Slide para astigmatismo; Possuir ponto de fixação; Possuir distância de projeção	02	UND



		<p>aproximada de 3 a 7 metros com zoom; Possuir distância de refração aproximada: 3 a 6 metros; Possuir ampliação de projeção: 30x (em refração de 5 metros); Possuir número de máscaras: aberto 1, linha horizontal 5, linha vertical 8, isolamento simples 21; Possuir R&G: máscara de mudança 1 frame/0.03 segundos, 4 programações; Possuir faixa de inclinação: +/- 10o acima / abaixo de forma de linha horizontal de projeção; Possuir função entra em modo stand by após, no máximo, 10 minutos de inatividade; Possuir alimentação bivolt automático; Permite fácil troca da lâmpada; Possuir possibilidade de acomodação em prateleira da coluna pantográfica. Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;</p> <p>Garantia integral de 12 meses;</p> <p>Transporte e instalação pré-agendada inclusa;</p> <p>Treinamento para os usuários.</p>		
09	REFRATOR DE GREENS: aparelho manual de teste de refração subjetiva, adaptável em coluna pantográfica.	<p>Miopia: 0 a -19.00d em passos de 0.25d (passos de 0.12d) hipermetropia: 0 a +16.75d em passos de 0.25d (passos de 0.12d) astigmatismo: 0 a -6.00d (-8.00d) com lente auxiliar em passos de 0.25d (passos de 0.12d) cilindro cruzado: ± 0.25d (±0.37d e ± opcional);</p> <p>Foria e vergência: 20da 0 a 20 d por 1 d passo interno 40 d externo 40 d (50 d) ascendente e descendente 40 d (46 d)</p> <p>Possuir suporte para fixação de tabelas para visão de perto;</p> <p>Possuir teste de visão próxima: os eixos ópticos principais de ambas as lentes convergem-se através do mecanismo de inclinação a 40 cm a frente dos olhos a 64 mm d.p. Se o d.p. Para visão à distância for menor que 54 mm, a operação convergente cessa. Teste de equilíbrio binocular: prisma rotatório e métodos de lentes polarizadas d.p.: 48 a 75mm por passo de 1mm ajuste: acima de 4.5° para direito e esquerdo peso até 4.5 kg;</p>	02	UND



Processo:7831/2023	Página: 879	Rubrica:
--------------------	-------------	----------

		<p>Possuir ajustes e movimentos de troca de lentes suaves com paradas e centralização precisas;</p> <p>Possuir eixos deslizantes sob buchas de bronze;</p> <p>Possuir disco de suportes das lentes em metal;</p> <p>Possuir engrenagens em metal .</p> <p>Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;</p> <p>Garantia integral de 12 meses;</p> <p>Transporte e instalação pré-agendada inclusa;</p> <p>Treinamento para os usuários.</p>		
10	TONÔMETRO DE SOPRO, equipamento de mesa para medição da pressão intraocular	<p>Possuir monitor integrado ao aparelho de aproximadamente 05 polegadas, para medição e alinhamento ocular, com no mínimo 3 medições por olho com emissão de nota de qualidade da medição;</p> <p>Possuir comandos do painel por toque na tela parra controle com funções de: impressão, ajustes, movimento do cursor; data e hora; com impressora; faixa de medição manual/automático em torno de 7 a 60 MMHG, distância de trabalho de aproximadamente 11 mm (ajuste automático);</p> <p>Possuir conexão para computador através de saída RS 232;</p> <p>Possuir alimentação: bivolt (100 a 240 v, 50/60 Hz) automático;</p> <p>Possuir pressão intraocular corneana compensada;</p> <p>Possuir comando para transferir dados do exame via portal USB diretamente para computador;</p> <p>Possuir medições precisar com a biomecânica da córnea comprometida por diversas doenças ou cirurgia;</p> <p>Possuir mesa para colocação do tonômetro de sopro, com sistema de elevação elétrica e botão liga/desliga na mesa, com tomada apropriada para o tonômetro, com altura de elevação</p>	02	UND



Processo:7831/2023	Página: 880	Rubrica:
--------------------	-------------	----------

		<p>compreendida entre 670 a 850 mm, provido de pés reguláveis e coluna na parte central e alimentação elétrica bivolt (100 a 240 v, 50/60 Hz) ou ajustável através de chave seletora;</p> <p>Possuir capacidade de suportar peso mínimo de 13 kg e máximo de 21 kg.</p> <p>Possuir registro no ministério da saúde / ANVISA;</p> <p>Garantia integral de 12 meses;</p> <p>Transporte e instalação pré-agendada inclusa;</p> <p>Treinamento para os usuários.</p>		
11	LENTE DE 20D	Lente para oftalmoscopia binocular indireta. Magnificação da imagem: 2.97X. Fator de magnificação do laser: 0,34x. Campo de Visão Estático: 50°. Distância de trabalho medido da córnea: 47 mm. Abertura: 48 mm. Imagem de alta resolução. Clara.	02	UND
12	LENTE DE 78D	Lente para biomicroscopia de fundo. Imagem de alta resolução. Campo de visão estático de 88°. Aumento de visão de 0.98x. Clara.	02	UND
13	RÉGUAS DE LENTES PARA ESQUIASCOPIA	Conjunto de réguas para retinoscopia Tipo Luneau, sendo uma positiva e uma negativa com diversas lentes convexas e côncavas, com capa de proteção. 16 lentes por régua. Medidas: ± 0.50/ 1.00/ 1.50/ 2.00/ 2.50/ 3.00/ 3.50/ 4.00/ 4.50/ 5.00/ 6.00/ 7.00/ 8.00/ 9.00/ 10.00/ 12.00/ 15.00 D.	02	UND
14	RETINOSCOPIO	Deve possuir sistema de foco externo com rotação contínua; filtro polarizador linear cruzado; cartões de alvo magnéticos para retinoscopia dinâmica; focalização e rotação de 360° da fenda; iluminação 3.5 v a bateria ou elétrica; composto de: 01 cabeça de retinoscópio; 01 cabo recarregável; 01 carregador de mesa; 01 lâmpada 3.5v e 01 estojo de proteção. a empresa vencedora deverá apresentar o registro do equipamento na Anvisa.	02	UND
LOTE 2				
15	- CINCLOPENTOLATO 1%	solução oftalmológica em frasco de no mínimo 5 ml – 18 frasco mensal, com validade superior a 12 meses, a contar da data de seu entrega.	216	UND



Processo:7831/2023	Página: 881	Rubrica:
--------------------	-------------	----------

16	OXIBUPROCAÍNA 4MG/ML	Solução oftalmológica de no mínimo 10ml -18 frascos mensais, com validade superior a 12 meses, a contar da data de seu entrega.	216	UND
17	- FLUORESCEÍNA A 1%	solução oftalmológica em frasco de no mínimo 5 ml- 18 frascos mensais, com validade superior a 12 meses, a contar da data de seu entrega	216	UND
18	- TROPICAMIDA 1%	solução oftalmológica em frasco de no mínimo 5 ml- 18 frascos mensais com validade superior a 12 meses, a contar da data de seu entrega.	216	UND



ANEXO III- DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO CONJUNTA

Modelo de Declaração

(Papel timbrado ou carimbo da empresa)

DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da Lei, que a empresa
(.....CNPJ , interessado em participar do Pregão
Eletrônico nºxxx /2024 :

- a) Está em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Previdência no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, no tocante a observância quanto à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos .
- b) Não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação.
- c) Atende às normas de saúde e segurança do trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual.
- d) Na qualidade de proponente do procedimento licitatório supra, instaurado pelo Município de Guapimirim, não possui em seu quadro societário Servidor Público municipal da ativa.
- e) Que os serviços são prestados por empresas que comprovam cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 63, IV da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Local e data,

(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)

OBS: Esta declaração deverá ser juntada no sistema eletrônico que ocorrerá o processo licitatório. A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinado pelo representante legal da empresa



ANEXO IV- DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIMIRIM.

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2024.

Sr. Pregoeiro,

Pela presente, **DECLARO(AMOS)** que, nos termos do art. 63, inciso I da Lei n.º 14.133/2021, a empresa, cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. xxx/2024**, cujo objeto é Aquisição de equipamentos e insumos oftalmológicos por meio de máquinas automáticas de autosserviço.

....., de de 2024.

.....

(Assinatura do Representante Legal)

OBS: Esta declaração deverá ser juntada no sistema eletrônico que ocorrerá o processo licitatório. A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinado pelo representante legal da empresa.



ANEXO V- MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO Nº 7831/2024

**TERMO DE CONTRATO
CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO
DE GUAPIMIRIM, ATRAVÉS DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
SAÚDE COMO CONTRATANTE, E A
EMPRESA _____, COMO
CONTRATADA, PARA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
PARA AQUISIÇÃO DE
EQUIPAMENTOS E INSUMOS
OFTALMOLÓGICOS POR MEIO DE
MÁQUINAS AUTOMÁTICAS DE
AUTOSSERVIÇO NA FORMA
ABAIXO.**

MUNICÍPIO DE GUAPIMIRIM/RJ, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 39.547.500/0001-83, com sede na Avenida Dedo de Deus, nº 1.161, Cantagalo – Guapimirim/RJ, através da secretaria supracitada, representado pelo Secretário(a) Municipal de Saúde **Fernando Wallace Clemente da Silva**, nomeado pela Portaria n.º XXXX de xxxx, publicada no Diário Oficial do Município de Guapimirim, portador da Matrícula funcional n.º XXX, a seguir denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa **xxxxxx**, estabelecida na Avenida xx, nº xx, bairro, cidade/estado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxx, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo(a) senhor(a) **xxxxxx**, portador(a) da cédula de identidade nº xxxx expedida pelo xxxx, inscrito(a) no CPF sob o nº xxxxx, têm justo e acordado o presente contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxxx/2024, realizado por meio do **processo administrativo nº 7831/2024**. O presente



Contrato será regido pelas disposições contidas Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, Decretos Municipais n.º2.452/2023 e 2.457/2023, Decretos Municipais n.º 2.452/2023 e 2.457/2023 e suas alterações, e, no que couber, toda legislação federal e municipal aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto Aquisição de equipamentos e insumos oftalmológicos por meio de máquinas automáticas de autosserviço, conforme Anexo II do Edital parte integrante e inseparável, independente de transcrição.

1.2 DESCRIÇÃO DO ÍTEM CONTRATADO

São as seguintes as quantidades REGISTRADAS para a contratação, conforme descrição na Proposta de Preços – ANEXO I e Termo de Referência – Anexo II do Edital.

ITEM	QUANT.	UNID	ESPECIFICAÇÃO	Valor Unit	Valor Total
1	xxxxxxx	xxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxx	R\$ xxx,xx	R\$ xxx,xx
2	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	R\$ xxx,xx	R\$ xxx,xx

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência;

1.3.2 O Edital da Licitação;

1.3.3 A proposta do Contratado;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA: FORMA DE FORNECIMENTO

2.1 A forma de fornecimento será parcelada



CLÁUSULA TERCEIRA: DAS FORMAS DE ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

3.1 Conforme Artigo 140 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, o objeto do presente contrato será recebido:

a) Provisoriamente, pelo fiscal do contrato, imediatamente após a entrega do contrato.

b) Definitivamente, dentro do prazo da data da instalação, após a verificação das condições estabelecidas neste Termo. O recebimento definitivo do objeto será declarado pelo fiscal no prazo máximo de 20 (trinta) dias corridos.

3.2 A forma de entrega do objeto será parcelada.

3.3 Os serviços deverão ser prestados no seguinte endereço, onde serão instalados os equipamentos.

NOME	ENDEREÇO	CEP	BAIRRO
ALMOXARIFADO	AVENIDA DEDO DE DEUS, 820	25.945-388	CANTAGALO

3.4 O prazo de entrega dos bens é de 07 (sete) dias úteis, contados da data do recebimento da Autorização de Fornecimento, concomitantemente a Nota de Empenho, em remessa única, e deverá ser realizada diretamente no Almojarifado, estabelecido a Avenida Dedo de Deus, número 820 Cantagalo Guapimirim — RJ.

3.5 Na impossibilidade de cumprir o prazo supra citado, a Contratante deverá ser informada no prazo máximo de 24 horas (vinte e quatro) que anteceda a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto com a devida comprovação.

3.6 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.7 Se, após o recebimento, constatar-se que o objeto foi executado em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a Fiscalização notificará por escrito a Contratada, ficando suspenso o pagamento até que seja sanada a irregularidade.



3.8 O aceite/aprovação do objeto pela Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas neste termo.

3.9 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos de forma imediata, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

CLÁUSULA QUARTA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 Os recursos necessários à realização do objeto ora licitados correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Equipamentos e Materiais Permanentes – 4490 5200

Programa de Trabalho	Reduzido	Fonte
-----------------------------	-----------------	--------------

10.302.0058.1.002 330	01.704.99	/ 1.635.00
------------------------------	------------------	-------------------

Material de Consumo - 3390 3000

Programa de Trabalho	Reduzido	Fonte
-----------------------------	-----------------	--------------

10.302.0058.2.013 324	1.600.20	/ 01.704.99 / 1.635.00
------------------------------	-----------------	-------------------------------

CLÁUSULA QUINTA: VALOR

5.1 O valor global para a execução do objeto do presente contrato, no prazo previsto e estabelecido, importa em R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 Considerando que o presente instrumento é oriundo do Pregão Eletrônico nº xxx/2024, onde a entrega do objeto se dará conforme a necessidade da



Secretaria solicitante. O valor acima é meramente estimativo , de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

6.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados a partida da data de assinatura, e a secretaria solicitante será responsável pela Fiscalização do respectivo Contrato;

CLÁUSULA SÉTIMA: PAGAMENTO

7.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA: PENALIDADES

8.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

8.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

8.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

8.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

8.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

8.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

8.2.4 deixar de apresentar amostra;

8.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

8.2.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



8.2.7 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

8.2.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

8.2.9 fraudar a licitação

8.2.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

8.2.11 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

8.2.12 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

8.2.13 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

8.2.14 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

8.2.15 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

8.3 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal

8.3.1 advertência;

8.3.2 multa;

8.3.3 impedimento de licitar e contratar e

8.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

8.4.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

8.4.2 as peculiaridades do caso concreto

8.4.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

8.4.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

8.4.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.5 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30(trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial. Além disso, caso verificado alguma irregularidade para as



quais a contratada tenha concorrido poderá ocorrer a aplicação da penalidade de multa, sendo elas:

8.5.1 Atrasar o início da prestação dos serviços, conforme data aprazada na “Ordem de Início dos Serviços”; - prestar informações inexatas ou causar embaraços à Fiscalização; - transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;

8.5.2 Desatender às determinações da Fiscalização; - cometer quaisquer infrações às normas legais federais, estaduais e municipais;

8.5.3 Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por culpa ou dolo, venha a causar danos ao contratante, ou a terceiros, independente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;

8.5.4 Não executar corretamente o percurso de coleta estabelecido no Termo de Referência, sem justificativa;

8.5.5 Iniciar os serviços fora dos horários determinados no Termo de Referência;

8.5.6 Por não dotar os equipamentos coletores de todos os acessórios e letreiros definidos no Termo de Referência;

8.5.7 Por não manter a quantidade mínima de contêineres solicitada no Termo de Referência;

8.5.8 Por não manter os contêineres em boas condições de utilização e higienizados;

8.5.9 Utilizar equipamentos de coleta em desacordo com o especificado no Termo de Referência;

8.5.10 Não dispor de coletores, motoristas ou outros trabalhadores nas quantidades mínimas definidas no Termo de Referência;

8.5.11 Não dispor do número mínimo de equipamentos definidos no Termo de Referência;

8.5.12 Permitir que seus funcionários trabalhem sem uniformes ou sem os adequados equipamentos de proteção individual;

8.5.13 Não efetuar a limpeza dos locais de resíduos dispostos para a coleta que tenham ficado soltos nas vias públicas por ação de catadores ou animais;

8.5.14 Permitir que seus funcionários solicitem contribuições ou gratificações nos domicílios atendidos pelo serviço;



8.5.15 Executar, durante os horários de coleta, com os equipamentos e/ou as equipes de pessoal, outros serviços que não sejam objeto do contrato pactuado;

8.5.16 Fraudar ou tentar fraudar a pesagem de resíduos;

8.5.17 Executar o serviço com veículo de idade superior ao limite estabelecido no Termo de Referência;

8.5.18 Realizar a coleta com os veículos em inadequado estado de conservação, incluindo pneus, lataria, equipamentos, acessórios, etc.

8.5.19 Pequenas infrações, que não afetem o atendimento dos serviços ou causem prejuízos à Administração serão passíveis de Advertência, sem multa. Na repetição de mais vezes da mesma infração com multa, durante 30 dias, por parte do prestador dos serviços, será aplicada multa de 1% a 5% sobre o valor da parcela mensal do contrato, além do desconto mensal do serviço não realizado.

8.6 Para as infrações previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

8.7 Para as infrações previstas nos itens 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e 8.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

8.8 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

8.9 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.10 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.11 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e 8.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade



mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

8.12 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 8.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

8.13 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.14 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.15 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.16 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.17 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA NONA: INADIMPLÊNCIA



9.1 A contratada será considerada inadimplente, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

- (a) Inobservância de prazos, especificações e recomendações técnicas estabelecidos neste instrumento ou em leis e normas oficiais pertinentes;
- (b) Interrupção na execução das obrigações e responsabilidades assumidas através do objeto do contrato;
- (c) Inobservância de qualquer cláusula ou condição expressamente estabelecida neste instrumento, nos seus anexos, na proposta de preço e demais documentos pertinentes.

9.2 Qualquer penalidade poderá ser suspensa caso a Prefeitura Municipal de Guapimirim acate as justificativas relatadas pelo interessado.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1 A inexecução, total ou parcial, do contrato ou a inobservância a seus termos e condições, ensejará a sua rescisão administrativa, nos termos da Lei 14.133/2021, com as consequências legais previstas, sem prejuízo na aplicação das demais sanções cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.2 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

10.3 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

10.4 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.



10.5 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

10.6 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.6.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.6.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.6.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.7 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

10.7.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.7.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.7.3 Indenizações e multas.

10.8 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.9 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: OBRIGAÇÕES E REPONSABILIDADES

11.1 À contratada caberá:

11.1.1A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusividade seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

11.1.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, quando aplicável;

11.1.3 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

11.1.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.1.5 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

11.1.6 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.7 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.8 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11.1.9 Ser a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, Fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à



mão de obra necessária à perfeita execução do objeto contratual, entendendo-se como ônus tributários: pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições fiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo poder público;

11.1.10 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a Fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, ficando a obrigada a promover a devida restauração e/ou ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade;

11.1.11 Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela Fiscalização da Contratada;

11.1.12 Apresentar manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada

11.1.13 A Contratada deverá como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento e montagem dos equipamentos, mão-de-obra, necessário à boa e perfeita execução/ entrega dos mesmos;

11.1.14 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.1.15 Substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, o produto com avarias ou defeitos;

11.1.16 A Contratada, deverá obrigatoriamente, fazer as instalações, e se necessário o treinamento dos operadores dos materiais e/ ou equipamentos;

11.1.17 As instalações dos equipamentos deverão ser realizadas, pela empresa contratada, não podendo ultrapassar 15 (Quinze) dias corridos;



11.1.18 A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes;

11.1.19 Os produtos deverão ter a garantia mínima de 12 (doze) meses ou a garantia do fornecedor, a contar do recebimento definitivo, podendo o fornecedor oferecer prazo superior ao acima mencionado, sem custo à Administração;

11.1.20 Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela Fiscalização da Contratada.

11.2 À Contratante caberá:

11.2.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.2.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.2.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

11.2.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

11.2.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

11.2.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



11.2.7 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2.8 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO

12.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

12.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.4 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

12.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

12.6 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;



12.7 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º;

12.8 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

12.9 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

12.10 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

12.11 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

12.12 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

12.13 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

12.14 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;



12.15 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

12.16 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

12.17 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

12.18 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

12.19 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

12.20 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

12.21 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência



desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

12.22 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

12.23 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

12.24 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

12.25 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

12.26 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

12.27 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

12.28 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer a CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas, devendo, inclusive, submetê-las à Contratada para ciência.

12.29 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde



que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

12.30 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

12.31 A fiscalização da contratação caberá a servidor (a) da Secretaria Municipal de Saúde indicado em ato próprio.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 Não haverá possibilidade de subcontratação do objeto.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA: DA GARANTIA

14.1 Não haverá garantia contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133 de 2021.

15.3 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25 % (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus



efeitos, hipótese em que formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 01 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133/2021).

15.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA: DO REAJUSTE

16.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data limite para apresentação das propostas. Somente após o interregno de 1(um) ano, o reajuste do contrato utilizará o índice IPC-A como critério de reajuste, de acordo com a **Lei 14.133/2021**.

16.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice _____ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

16.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

16.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.



Processo:7831/2023	Página: 904	Rubrica:
--------------------	-------------	----------

16.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.8 O reajuste será realizado por apostilamento

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DA VINCULAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

17.1 Integra o presente contrato o Processo de Licitação 7831/2024, com as suas inclusas condições gerais, termo de referência, edital e seus anexos, bem como a proposta apresentada pela empresa naquilo em que não conflitem com este instrumento.

Para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente instrumento, nomeiam as partes o Foro da Comarca de Guapimirim, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, firmam este instrumento, com as testemunhas abaixo assinadas.

Guapimirim-RJ, ____ de _____ de 2024.

Pelo contratante: _____

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Pela Contratada: _____



Processo:7831/2023	Página: 905	Rubrica:
--------------------	-------------	----------

ANEXO VI-

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL,
 MICROEMPRESA OU
 EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxxx/2024.

.....
, inscrita no CNPJ no
 , por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.)
, portador(a) da Carteira de Identidade
 nº e do CPF no ,
DECLARA, para do disposto no Edital – Condições para Participação do
 Edital, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que
 esta empresa, na presente data, é considerada: '

() **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme Lei
 Complementar Federal nº 128, de 14/12/2006;**

() **MICROEMPRESA, conforme Lei Complementar nº 123 de
 14/12/2006, e suas alterações;**

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE, Lei Complementar nº 123 de
 14/12/2006, e suas alterações;**

13.1 Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do
 parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de
 2006. Declara que cumpre o estabelecido no disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º,
 da Lei n.º 14.133, de 2021.

.....
 (data)

.....
 (assinatura de sócio da firma)

OBS. Assinalar com um "X" a condição da empresa.

**OBS: Esta declaração deverá ser juntada no sistema eletrônico que
 ocorrerá o processo licitatório.**



Processo:7831/2023	Página: 906	Rubrica:
--------------------	-------------	----------

ANEXO VII- DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DE INFORMAÇÕES

À PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPIMIRIM.

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2024.

Sr. Pregoeiro,

Pela presente, **DECLARO(AMOS)** que, a empresa, tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. xxx/2024**, cujo objeto é Aquisição de equipamentos e insumos oftalmológicos por meio de máquinas automáticas de autosserviço.

....., de de 2024.

.....

(Assinatura do Representante Legal)

OBS: Esta declaração deverá ser juntada no sistema eletrônico que ocorrerá o processo licitatório. A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinado pelo representante legal da empresa.



ATENÇÃO

É responsabilidade da empresa o envio de **recibo de retirada de edital pela internet** ao Setor de Comissão Permanente de Licitação.

A não remessa do recibo exime a Prefeitura Municipal de Guapimirim/RJ da comunicação, por meio de fax ou e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

Recomendamos, ainda, consultas à referida página para eventuais comunicações e ou esclarecimentos disponibilizados acerca do processo licitatório. Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados na página da internet <https://guapimirim.rj.gov.br/novo/>

Endereço para envio do recibo:

Prefeitura de Guapimirim

Secretaria Municipal da Casa Civil

E-mail: licitacao.casacivil@guapimirim.rj.gov.br



ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E/OU ACESSO A
DOCUMENTAÇÃO.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 7831/2024

EMPRESA:

SEDE NA:

CNPJ Nº _____,

EMAIL, _____

REPRESENTADO POR, _____,

INSCRITO NO CPF Nº _____, PORATADOR DO RG Nº _____,

Participante da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº xxx/2024, referente ao processo administrativo nº 7831/2024, que tem como objeto a Aquisição de equipamentos e insumos oftalmológicos por meio de máquinas automáticas de autosserviço, conforme disposto no Termo de Referência – Anexo II, declara que recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações constantes do Edital supracitado.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Guapimirim, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do representante da empresa

Espaço destinado ao carimbo da empresa